

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

LICENCIATURA EM MATEMÁTICA



Ministério da Educação - MEC
Coordenação de Aperfeiçoamento
de Pessoal de Nível Superior
Universidade Aberta do Brasil
Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Ceará

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Aberta do Brasil
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Diretoria de Educação a Distância

Licenciatura em Matemática

História da Educação no Brasil

Josimeire Medeiros Silveira de Melo

2ª edição

Fortaleza, CE
2012

CRÉDITOS

Presidente

Dilma Vana Rousseff

Ministro da Educação

Aloizio Mercadante Oliva

Presidentes da CAPES

José Almeida Guimarães

Diretor de EaD - CAPES

João Carlos Teatine Climaco

Diretor de Educação a Distância

Celso Costa

Reitor do IFCE

Cláudio Ricardo Gomes de Lima

Pró-Reitor de Ensino

Gilmar Lopes Ribeiro

Diretora de EAD/IFCE e Coordenadora UAB/IFCE

Cassandra Ribeiro Joye

Vice-Coordenadora UAB

Régia Talina Silva Araújo

Coordenador do Curso de Tecnologia em Hotelaria

José Solon Sales e Silva

Coordenador do Curso de Licenciatura em Matemática

Priscila Rodrigues de Alcântara

Elaboração do conteúdo

Josimeire Medeiros Silveira de Melo

Colaborador

Jane Fontes Guedes

Equipe Pedagógica e Design Instrucional

Ana Cláudia Uchôa Araújo

Andréa Maria Rocha Rodrigues

Carla Anaíle Moreira de Oliveira

Cristiane Borges Braga

Eliana Moreira de Oliveira

Gina Maria Porto de Aguiar Vieira

Glória Monteiro Macedo

Iraci Moraes Schmidlin

Irene Moura Silva

Isabel Cristina Pereira da Costa

Jane Fontes Guedes

Karine Nascimento Portela

Lívia Maria de Lima Santiago

Luciana Andrade Rodrigues

Marcia Roxana da Silva Regis

Maria Irene Silva de Moura

Maria Vanda Silvino da Silva

Marília Maia Moreira

Maria Luiza Maia

Saskia Natália Brito Batista

Equipe de Arte, Criação e Produção

Visual

Ábner Di Cavalcanti Medeiros

Benghson da Silveira Dantas

Germano José Barros Pinheiro

José Albério Beserra

José Stelio Sampaio Bastos Neto

Lucas de Brito Arruda

Lucas Diego Rebouças Rocha

Marco Augusto M. Oliveira Júnior

Equipe Web

Benghson da Silveira Dantas

Fabrice Marc Joye

Herculano Gonçalves Santos

Lucas do Amaral Saboya

Samantha Onofre Lóssio

Tibério Bezerra Soares

Revisão Textual

Aurea Suely Zavam

Nukácia Meyre Araújo de Almeida

Revisão Web

Antônio Carlos Marques Júnior

Débora Liberato Arruda Hissa

Saulo Garcia

Logística

Francisco Roberto Dias de Aguiar

Virgínia Ferreira Moreira

Secretários

Breno Giovanni Silva Araújo

Francisca Venâncio da Silva

Auxiliar

Ana Paula Gomes Correia

Bernardo Matias de Carvalho

Charlene Oliveira da Silveira

Isabella de Castro Britto

Vivianny de Lima Santiago

Wagner Souto Fernandes



Catálogo na Fonte: Islânia Fernandes Araújo (CRB 3 – Nº 917)

M528h Melo, Josimeire Medeiros Silveira de

História da Educação no Brasil / Josimeire Medeiros Silveira de Melo; Coordenação Cassandra Ribeiro Joye. - 2 ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.

95p. : il. ; 27cm.

1. EDUCAÇÃO – BRASIL - HISTÓRIA. 2. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
I. Joye, Cassandra Ribeiro (Coord.). II. Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE. III. Universidade Aberta do Brasil
– UAB. IV. Título.

CDD – 370.9810785

Apresentação 7
Referências 93
Currículo 95

SUMÁRIO

AULA 1

A evolução da educação no Brasil 8

TÓPICO 1	Introdução à história da educação no Brasil 9
TÓPICO 2	A educação dos jesuítas 11
TÓPICO 3	Reformas pombalinas 16
TÓPICO 4	As reformas pombalinas e a educação 18
TÓPICO 5	Período joanino (1808–1821) 21
TÓPICO 6	A educação no período joanino 23

AULA 2

Período imperial 25

TÓPICO 1	Período imperial (1822 - 1888) 26
TÓPICO 2	A Educação no período imperial 31

AULA 3

Período republicano 36

TÓPICO 1	A Primeira República (1889 - 1929) 37
TÓPICO 2	A educação na Primeira República 41

AULA 4

A Revolução de 30 e a expansão do ensino 44

TÓPICO 1	A fase de 1930-1945 45
TÓPICO 2	A Educação no Estado Novo 50

AULA 5**República Nova 54**

TÓPICO 1

República Nova (1946 a 1964) 55

TÓPICO 2

Crise do nacionalismo 59

TÓPICO 3

A educação nacional 63

AULA 6**Da ditadura militar à atualidade 68**

TÓPICO 1

A ditadura militar (1964 - 1985) 69

TÓPICO 2

A educação brasileira durante a ditadura militar 75

TÓPICO 3

Da transição à atualidade 80

TÓPICO 4

A democratização da Escola 87

APRESENTAÇÃO

Olá, aluno(a)!

A preocupação fundamental presente na elaboração deste material foi a de considerar o educando como um ser possuidor das instâncias CSA, isto é, o aluno é sujeito que Conhece (aspecto racional), Sente (aspecto sensorial) e Age (capaz de produzir). Estas dimensões são distintas, mas interdependentes. Para que o processo de ensino e aprendizagem se efetive, é preciso que você, aluno(a):

- esteja atento e cumpra com responsabilidade as atividades propostas;
- concentre-se no que está fazendo e sinta prazer em aprender;
- invista pesquisando, lendo, buscando e confrontando informações;
- descubra utilidade no estudo que está realizando.

Mas você deve estar se perguntando: Para que estudar História da Educação no Brasil se o curso que estou fazendo é de Licenciatura em Matemática?

Eis alguns motivos que justificam a presença desta disciplina no curso de Licenciatura em Matemática:

- Através dela você terá a oportunidade de perceber a evolução do conhecimento, como resultado de um processo histórico, em constante movimento de construção e desconstrução do saber, a cada momento.
- Verá também que o ensino e a aprendizagem da matemática está intimamente ligado aos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais de uma determinada época, estabelecendo, assim, relação com a situação vivenciada pela Educação Brasileira atualmente.
- Poderá identificar conhecimentos de outras áreas de estudo presentes no estudo desta disciplina.
- Você será provocado a pensar e refletir criticamente como sujeito, capaz de interferir e modificar a realidade. Já pensou nisso? Acredite: Você pode e deve contribuir para a melhoria das condições da Educação brasileira. Para isso é preciso investir em estudo e pesquisa, bem como observar e perceber o meio em que você se encontra. Assim, terá condições de investigar as problemáticas do processo de ensino e aprendizagem e propor soluções de forma coerente, viável e contextualizada.

Lembre-se: estas são apenas algumas razões! Certamente você descobrirá outras e poderá contribuir ampliando os tópicos apresentados. Ah! Contribuir... Esta é a palavra-chave para o seu sucesso como aluno e como profissional. Participe ativamente das aulas! Espero que você obtenha sucesso nesta disciplina e no curso como um todo! Seja bem-vindo(a)!

Prof^ª. Josimeire Medeiros

AULA 1

A evolução da educação no Brasil

Vamos lembrar um pouco da História do Brasil? Nesta aula, estudaremos a educação no período colonial. Trataremos da influência dos Jesuítas na educação, das Reformas Pombalinas e das mudanças ocorridas com a vinda de D. João VI para o Brasil.

Ao final desta unidade, você deverá ser capaz de conhecer a história da educação brasileira no período colonial, estabelecendo relação com os aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais da época.

Objetivos

- Conhecer as principais características da Educação Brasileira desenvolvidas no Período Colonial
- Perceber a inter-relação existente entre a educação e os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais da Metrópole e da Colônia
- Compreender o porquê da forte influência religiosa no Período Colonial brasileiro, em detrimento da pouca valorização da ciência

TÓPICO 1

Introdução à História da Educação no Brasil

OBJETIVO

- Apresentar os aspectos da colonização brasileira pelos portugueses

A educação formal brasileira inicia-se no período do Brasil Colônia, com a chegada dos jesuítas, em 1549, sob a orientação do Padre Manoel da Nóbrega. Estes religiosos foram responsáveis pela instrução e catequização até o ano de 1759, quando o Marquês de Pombal os expulsou e implantou as Reformas Pombalinas. O objetivo fundamental dessa mudança era a implantação do ensino laico (desvinculado de aspectos religiosos) e público (acessível a todos). Muitas mudanças ocorreram até que se chegasse à pedagogia dos dias de hoje. As principais reformas foram Benjamim Constant (1890), Eptácio Pessoa (1901), Rivadávia Correia (1911), Carlos Maximiliano (1915), João Alves da Rocha Vaz (1925), Francisco Campos (1932), Gustavo Capanema (1946) e as Leis de Diretrizes e Bases de 1961, 1971 e 1996. A partir desses estudos, veremos que a educação sempre esteve a favor de determinados grupos sociais, com o propósito de manter seu *status quo*.

PERÍODO COLONIAL

O período colonial apresentava-se como um tipo particular de relações políticas e econômicas com dois elementos: um centro de decisão (metrópole) e outro subordinado (colônia). No entanto, para que este esquema funcionasse, os lucros advindos da exploração de bens naturais das colônias não poderiam se concentrar exclusivamente na metrópole. Uma parte pequena deveria permanecer na colônia com a camada que dirigia internamente a atividade produtiva. No Brasil,



VOCÊ SABIA?

Status quo: é uma redução da expressão latina [in] *status quo* [ante], que significa, literalmente, “no mesmo estado em que se encontrava antes”. A diplomacia teria sido a principal responsável pela difusão da expressão, empregada principalmente para referir-se às condições em que tudo se encontrava antes de determinado fato. Por exemplo: duas nações que se engajam numa guerra de fronteiras podem concordar em cessar fogo desde que as duas partes voltem ao *status quo ante* - entenda-se, às posições territoriais que ocupavam antes do início do conflito (notem que aqui, devido à ideia temporal, o advérbio latino *ante* pode ser usado, se quisermos). Pouco a pouco, esta expressão, além de “estado anterior”, passou também - e principalmente - a significar o estado atual, a situação vigente, ou, no jargão dos anos 60, o sistema.

Fonte: <https://www.significados.com.br/status-quo/>

para a obtenção de um maior controle sobre a produção e a garantia da apropriação da terra, foram estabelecidas Capitanias Hereditárias.

Em função das dificuldades apresentadas pelo distanciamento e controle sobre as Capitanias Hereditárias, foi criado o Governo Geral, constituído por integrantes da pequena nobreza portuguesa. O governador geral foi o primeiro representante do poder público na Colônia. Tinha como obrigação não substituir, e sim apoiar as Capitanias, a fim de consolidar um modelo capitalista-mercantil agro-exportador-dependente, com base na monocultura de produtos (açúcar, ouro, café, borracha), que era de interesse comercial para os colonizadores. Entre as monoculturas desenvolvidas no Brasil, a grande produção açucareira foi a única base da economia colonial até meados do século XVII.

TÓPICO 2

A Educação dos Jesuítas

OBJETIVO

- Apresentar características da educação jesuítica

Após a chegada dos portugueses ao Brasil, instalou-se aqui o modelo político e econômico denominado de agrário-exportador-dependente, o qual se caracterizava pela prática extrativista de produtos naturais (pau-brasil, cana-de-açúcar, ouro, diamantes, algodão e tabaco), que eram levados para Portugal (a metrópole que exercia poder sobre a colônia) e demais países europeus. Esta relação recebia o nome de Pacto Colonial, que compreendia o direito de exclusividade adquirido pela metrópole para explorar a colônia. Este regime monopolista exigiu a organização da elite colonial - composta pela nobreza e burguesia mercantil - principalmente no que diz respeito à formação e administração de grupos de pessoas que trabalhassem na terra, com custo mínimo da mão-de-obra.

Inicialmente, buscou-se a dominação dos índios através da força, mas como eles tinham conhecimento geográfico da colônia, os confrontos, apesar da diferença de armamentos, eram desvantajosos para os colonizadores.

Em 1549, chegam com Tomé de Souza quatro padres e dois irmãos jesuítas, sob a responsabilidade do padre Manoel da Nóbrega. Eles objetivavam ampliar seu poderio religioso, ameaçado pelo protestantismo iniciado por Martinho

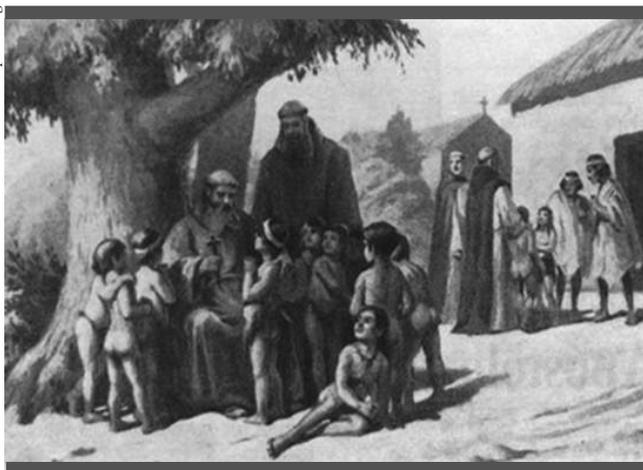


Figura 1: Jesuítas catequizando os índios

Lutero, através da educação. No Brasil colônia, esta atividade almejava também a dominação ideológica sobre os índios, convertendo-os à fé católica.

Os índios eram ensinados a obedecer e aceitar os dogmas e leis impostas pelos religiosos, sob pena de serem castigados por estarem em pecado. A conversão possibilitou o domínio do colonizador sobre os nativos, atendendo os interesses políticos e econômicos de Portugal. Contudo, os índios não se

renderam tão facilmente. Eram necessários, então, outros braços para ajudar a explorar as riquezas da colônia.

Assim, em 1568, aportaram em solo brasileiro os primeiros grupos de negros,

trazidos da África, tornados escravos, para trabalharem na monocultura latifundiária canavieira.

Além dos administradores portugueses (representantes da Coroa na Colônia) e o clero, surgiram, neste momento, outras classes sociais: os senhores de engenho (latifundiários) e escravos (detentores da força de trabalho).

A presença da Companhia de Jesus garantiu a importação da cultura vinda da Europa, atendendo às exigências da camada dirigente, que queria se

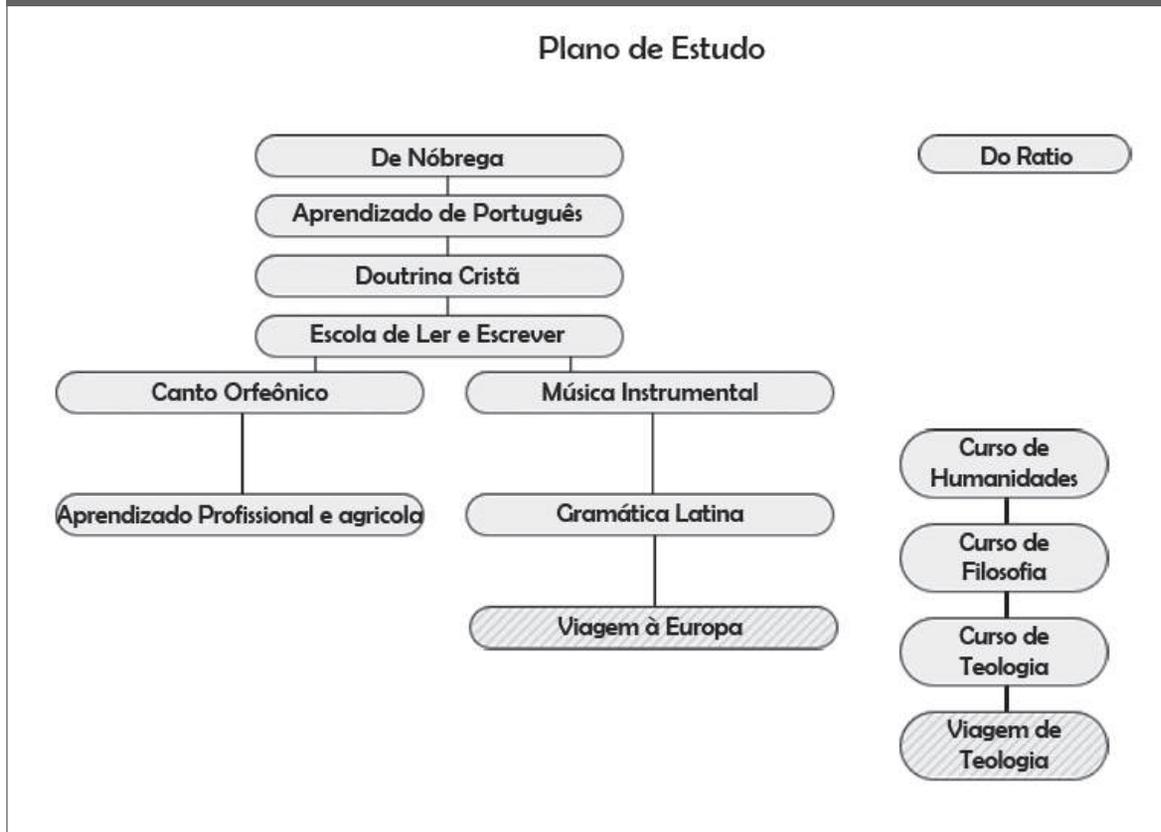
aproximar do estilo de vida da metrópole. Dessa forma, iniciou-se a educação escolar, distante dos problemas e necessidades da colônia. Num contexto social com tais características, o ensino só podia ser conveniente e interessar a esta camada dirigente (pequena nobreza e seus descendentes), servindo de articulação entre os interesses metropolitanos e as atividades coloniais.

Todas as escolas jesuítas eram regulamentadas por um documento, escrito por Inácio de Loiola, *o Ratio atque Institutio Studiorum*, chamado abreviadamente de *Ratio Studiorum*.



Figura 2: Castigo de escravo

Plano de estudo



Fluxograma 1 – Plano de estudo

Fonte: Ribeiro (1984, p.28.)

Observe atentamente o Plano de estudos da Companhia de Jesus, publicado em 1599, apresentado acima. Ele concentrava sua programação nos elementos da cultura europeia, mais precisamente de Portugal, valorizando conhecimentos religiosos e da área de Humanas. Era direcionado para os filhos dos dirigentes da sociedade da época, sem pretensão de instruir índios e negros: a estes era destinada exclusivamente a catequese. As Missões de Evangelização, responsáveis pela catequese, acabaram, inclusive, transformando os índios nômades em sedentários, facilitando a captura deles pelos colonos.



VOCÊ SABIA?

“O Humanismo dos jesuítas utilizava métodos que harmonizassem a fé cristã e a razão, resgatando ideias de Aristóteles. A Escolástica jesuítica apóia-se principalmente em S. Tomás e outros autores do século XIII, tendo a fé como ponto central das reflexões filosóficas, menosprezando conhecimentos relativos à filosofia da ciência.”

Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200010

Veja que no *Ratio Studiorum* não consta nenhuma disciplina da área científica. Os jesuítas defendiam o humanismo, enfatizando estudos relativos às atividades literárias e acadêmicas. Defendiam valores como a autoridade, obediência, fé e tradição, ignorando etapas de aquisição e desenvolvimento do conhecimento científico, tais como métodos de pesquisa, análise e experimentação.



ATENÇÃO!

A educação formal ministrada era exclusiva para os homens; às mulheres os ensinamentos restringiam-se ao aprendizado de prendas domésticas e boas maneiras. O sistema familiar era patriarcal: o pai era o chefe da família e tinha o poder de vida e morte sobre seus descendentes e escolhia os noivos para suas filhas, que só tinham duas opções: casar ou tornarem-se freiras.

Com o apoio da coroa portuguesa, a Companhia de Jesus adquiriu domínio no campo educacional. Isto, por sua vez, fez com que os seus colégios fossem procurados por muitos que não tinham realmente vocação religiosa, mas que reconheciam ser esta era a única via de preparo intelectual. No século XVII, os graus acadêmicos obtidos nessas escolas eram, juntamente com a propriedade de terra e escravos, critérios importantes de classificação social. (RIBEIRO, 1984, p. 29). Esta era uma forma de garantir o prestígio político e econômico do grupo que se encontrava no poder.

A Companhia de Jesus preparava os futuros bacharéis em Belas-artes, Direito, Medicina, além de teólogos e professores, tanto na Colônia como na Metrópole, fornecendo assim os quadros dirigentes da administração colonial local. Com isso, a Igreja Católica, através da arma pacífica que é a educação, exercia poder político, econômico e social. Os jesuítas mantiveram sua hegemonia educacional no Brasil durante duzentos e dez anos, até 1759, quando foram expulsos de todas as colônias portuguesas por decisão de Sebastião José de Carvalho, o marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal de 1750 a 1777. Até essa data, haviam construído no Brasil 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, além de seminários menores e escolas de primeiras letras instaladas em todas as cidades onde havia casas da Companhia de Jesus. Apesar da expulsão transitória dos jesuítas do Brasil no fim do Século XVIII, a Igreja preservou sua força na sociedade civil ainda nas fases do Império e da Primeira República. (ROMANELLI, 2005, p.48).



Jean Baptiste DEBRET (1768-1848) era pintor e desenhista francês, participante da missão de artistas convidados por Dom João VI, que esteve no Brasil em 1816. Foi nomeado professor de pintura histórica da Academia de Belas-Artes (1820). Regressando à França em 1831, publicou em Paris, de 1834 a 1839, Viagem pitoresca e histórica ao Brasil, uma série de gravuras sobre aspectos, paisagens e costumes do Brasil, de valor fundamental para nossa história do começo do séc. XIX.



Fonte: www.wikispedia.org

Figura 3 – Escravos

TÓPICO 3

Reformas Pombalinas

OBJETIVO

- Caracterizar o período das reformas pombalinas

PERÍODO POMBALINO (1750 – 1777)

No tópico anterior, vimos que os padres da Companhia de Jesus vieram de Portugal, liderados pelo padre Manoel da Nóbrega, e tornaram-se os precursores da educação escolar brasileira, a partir de 1549. Através do Plano de Estudos *Ratio Studiorum*, ensinavam aos descendentes da elite colonizadora. Os jesuítas foram responsáveis pela criação de vários colégios e seminários, mantiveram esta hegemonia durante duzentos e dez anos e foram expulsos do Brasil em 1759, pelo Marquês de Pombal.

O século XVIII teve a Inglaterra como centro da política e economia internacional, responsável pela Revolução Industrial e conseqüente ascensão do capitalismo em contraposição à nobreza e ao regime absolutista. À época, desencadearam-se novas formas de pensar, entre elas o Iluminismo (Ilustração ou Filosofia das Luzes), movimento típico da segunda metade do século XVIII, que defendia valores fundamentais da classe burguesa: igualdade jurídica, tolerância religiosa ou filosófica, liberdade pessoal e social e propriedade privada. Muitos estudiosos contribuíram e defenderam este ideal filosófico, entre eles Voltaire, Diderot, D'Alembert, Adam Smith, Immanuel Kant.

O Iluminismo também foi adotado pelos reis da Prússia, Áustria, Rússia, Portugal e Espanha, que aspiravam ao progresso e melhoria da qualidade da vida humana, através do desenvolvimento da razão, da ciência (química, física e matemática) e da tecnologia. Estes monarcas ficaram conhecidos como déspotas esclarecidos, por terem optado por reformas modernizadoras.

D. José I e seu ministro, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, foram os representantes do despotismo esclarecido em Portugal. O período pombalino coincidiu com a época da decadência da mineração. Este fato abalou politicamente a metrópole, que buscou, através das Reformas Pombalinas, o fortalecimento do Estado e a autonomia econômica, diminuindo a influência da nobreza e principalmente dos jesuítas (expulsos de Portugal e de todas as colônias em 1759).

No Brasil, as reformas foram entendidas como tentativas de apaziguar movimentos e revoltas contra o colonialismo, tais como: Revolta de Beckman (Maranhão, 1684), Guerra dos Emboabas (Minas Gerais, 1709), Quilombo dos Palmares (Alagoas, 1630-1694) e Guerra dos Mascates (Pernambuco, 1709-1711).

A tentativa de transformar Portugal numa metrópole capitalista, assim como a Inglaterra, através das Reformas Pombalinas, não obteve sucesso. Houve, inclusive, nesta ocasião, um movimento de protesto contra o pombalismo denominado de “Viradeira”, que visava o retorno ao modelo tradicional de governabilidade. A fragilidade social, política e econômica de Portugal eram evidenciadas através das inúmeras crises internas e esta situação propiciou a invasão do país pelas tropas francesas, em 1807, lideradas por Napoleão Bonaparte. Então a família real e a corte foram obrigadas a se refugiar no Brasil, fato que gerou uma série de modificações nesta colônia.

TÓPICO 4

As reformas pombalinas e a educação

OBJETIVO

- Apresentar as reformas pombalinas e relacioná-las com a educação no Brasil colônia

Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal de 1750 a 1777, expulsou os jesuítas do Brasil em 1759 com a intenção de redirecionar os objetivos da educação, desvinculando-os das ideias religiosas, servindo, assim, aos interesses comerciais do Estado.

Portugal chegou a meados do século XVIII com sua Universidade - a de Coimbra - tão medieval como sempre fora. A filosofia moderna (de Descartes), a ciência físico-matemática, os novos métodos de estudo da língua latina eram desconhecidos em Portugal. O ensino jesuítico, solidamente instalado, continuava formando elementos da corte dentro dos moldes do *Ratio Studiorum* (RIBEIRO, 1984, p. 36).

Através do alvará de 28 de junho de 1759, o Marquês retirou dos jesuítas a responsabilidade sobre a educação escolar de Portugal e das colônias. Instituiu as denominadas aulas régias de Latim, Grego e Retórica, as quais eram ministradas por professores específicos, de forma autônoma e isolada. Além disso, criou o subsídio literário, resultante de imposto sobre a carne verde, o vinho, o vinagre e a aguardente, para a manutenção dos ensinos primário e secundário. Contudo, esta taxa, além de irrisória, não era cobrada regularmente e os professores acabavam recebendo seus vencimentos com muito atraso.

Fonte: www.wikipedia.org



Figura 4 – Marquês de Pombal

A formação dos professores era precária, sem a devida fundamentação didática, e desvinculada da realidade política, econômica, histórica e cultural vivenciada no Brasil colônia. Além disso, a saída dos jesuítas do âmbito educacional não diminuiu a influência do clero sobre assuntos educacionais. Assim, a grande maioria dos professores era nomeada por indicação ou sob a concordância de bispos. Esses professores assumiam a função de forma “vitalícia”.

Apesar destes problemas, a reforma educacional empreendida pelo Marquês de Pombal propunha alguns avanços, se comparada ao ensino jesuítico. Entre eles estavam: 1. a formação do perfeito nobre (negociante); 2. simplificação e abreviação dos estudos, motivando o ingresso em cursos superiores; 3. melhoria do aprendizado da língua portuguesa; e 4. inclusão de conhecimentos científicos.

Neste período, a intenção era tornar o ensino laico (sem vínculo religioso) e público (acessível a todos: aos filhos da elite dirigente). Estes ideais não foram concretizados plenamente devido à forte influência religiosa exercida pelos jesuítas.

As diferenças entre metrópole e colônia também se revelaram na literatura portuguesa. Leia o poema a seguir em que um poeta português enaltece sua nação e mostra a perspectiva dos portugueses a respeito da colônia.

SONETO

Lusos, heróis, cadáveres cediços
Erguei-vos dentre o pó, sombras honradas
Surgi, vinde exercer as mãos mirradas
Nestes vis, nestes cães, nestes mestiços.

Vinde salvar destes pardais castiços
As searas de arroz, por vós ganhadas;
Mas ah!, poupar-lhes as filhas delicadas,
Que elas culpa não têm, têm mil feitiços.

De pavor ante vós no chão se deite
Tanto fusco rajá, tanto nababo,
E as vossas ordens, trêmulo, respeito.

Vão para as várzeas, leve-os o diabo;
Andem como os avós, sem mais enfeite
Que o langotim, diâmetro do rabo.

Bocage(1765-1805)

GLOSSÁRIO

Langotim: peça do vestuário tradicional dos habitantes de Goa, provavelmente uma espécie de tanga que cobria a parte posterior dos quadris.



VOCÊ SABIA?

Manuel Maria Barbosa du Bocage (Portugal, 1765- 1805) foi considerado herdeiro direto do soneto camoniano, criou também obras satíricas e eróticas, proibidas pela censura portuguesa. Sua obra reflete um modo de produção artística típica do século XVIII, quando os poetas, reunidos em academias, dependiam do financiamento dos ricos e poderosos dedicando em troca, elogios em forma de versos. Bocage também faz exaltações à mãe de Cristo, revelando a forte característica da época, em que Estado e religião caminhavam de mãos dadas. Era boêmio e foi encarcerado em várias prisões portuguesas. O soneto apresentado retrata a pretensa superioridade europeia dos portugueses diante das suas colônias. Observe que ele trata os nativos como “vis”, “cães” e “mestiços”.

TÓPICO 5

Período Joanino (1808–1821)

OBJETIVO

- Caracterizar o período colonial joanino

Vimos no tópico anterior que Portugal encontrava-se em crise por causa das mudanças sociais, políticas e econômicas que estavam ocorrendo na Europa. D. José I e seu ministro, o Marquês de Pombal, aderiram às ideias do Iluminismo e produziram as Reformas Pombalinas, que visavam prioritariamente o desenvolvimento da razão, da ciência e da tecnologia. Para tanto, foi necessário diminuir o poder absolutista do rei e o poder religioso e o domínio educacional dos jesuítas, que foram expulsos de Portugal e de suas colônias em 1759. As principais medidas no âmbito educacional foram a instauração das Aulas Régias e do ensino laico.

Em 1808, a família real foi obrigada a sair de Portugal, por ocasião da invasão da metrópole pelas tropas francesas, refugiando-se no Brasil. A corte chegou num momento de descontentamento e revoltas decorrentes das relações políticas e econômicas entre a



Figura 5 – Retrato do rei português João VI e rainha Carlota Joaquina, de Manuel Dias de Oliveira (1815).

metrópole e a colônia, bem como entre o trabalho escravo e os detentores do poder.

Em 1808, foi decretada a abertura dos portos, atendendo a pressões inglesas e aos interesses dos grupos coloniais. Assim, o monopólio do comércio externo foi extinto, alterando a estrutura econômica, política e social brasileira.

A vinda de D.João VI propiciou também a criação de Academias Militares; Escolas de Direito e Medicina; da Imprensa Régia (1808) – que possibilitou a divulgação e circulação de informações e ideias, inclusive políticas, entre a população letrada da época ; da Biblioteca Real (1810), franqueada ao público em 1814; do Jardim Botânico do Rio (1810) e do Museu Nacional (1818).

Em 1820, o povo português, descontente com o governo, promoveu a Revolução Constitucionalista, que obrigou a volta da corte de D.João VI para Portugal(1821).

Este fato impulsionou o processo de emancipação política do Brasil, ocorrida em 1822.

TÓPICO 6

A educação no período joanino

OBJETIVO

- Descrever a educação no período colonial joanino

A pesar das modificações realizadas durante a estadia de D. João VI no Brasil, ainda não havia necessidade de organizar de maneira mais sistemática o ensino escolar brasileiro. No entanto, o período se caracterizou por medidas e atividades isoladas. Vejamos algumas delas.

Foram criados os primeiros cursos superiores no Brasil: Cursos de Economia (1808), Matemática Superior (1809), Agricultura (1812), Química (1817), História (1817) e Desenho Técnico (1818). Houve um evidente rompimento com a educação jesuítica, que defendia a retórica. A preocupação central daquele momento era o desenvolvimento de conhecimentos científicos, voltados para as necessidades locais. Esta situação ocorreu porque o Brasil herdou de Portugal as dívidas contraídas com a Inglaterra. Esta dependência econômica criou a necessidade de formação de quadros técnicos administrativos novos, que atendessem às exigências do mercado europeu.

As escolas primárias continuavam, entretanto, desempenhando apenas função de ensinar a ler e escrever. O ensino secundário, por sua vez, permaneceu com a estrutura de Aulas Régias. A educação escolar continuou sendo praticada de forma fragmentada, desprovida de estrutura organizacional. Este problema constituiu-se uma das lutas da

nova classe dirigente (latifundiários e grandes comerciantes), que estava emergindo no Brasil, responsável pela luta em favor da emancipação política brasileira.



COMPLEMENTO

Aqui você encontra sugestões e sinopses de filmes que apresentam características da época do Colonialismo Brasileiro. Além de ser uma oportunidade de lazer, eles proporcionarão a ampliação de sua capacidade de interpretação e promoverão o aprofundamento de seus conhecimentos estéticos, históricos e científicos.

O NOME DA ROSA (1986, Itália/França/Alemanha, direção: Jean-Jacques Annaud)

Baseado no livro *O nome da rosa*, do pensador italiano Umberto Eco. Drama. Trata da influência da Igreja Católica e relações de poder na Europa, no século XIII. Estranhas mortes começam a ocorrer num mosteiro beneditino localizado na Itália durante a Baixa Idade Média. Um monge franciscano (Sean Connery) é encarregado de descobrir este mistério, instalando o tribunal da santa inquisição.

A Baixa Idade Média (século XI ao XV) caracteriza-se pelo fim do feudalismo e ascensão do capitalismo na Europa Ocidental. Esta mudança de paradigma é resultante de transformações sociais (surgimento da burguesia), econômicas (intensificação das relações comerciais), política (formação das monarquias nacionais representadas pelos reis absolutistas) e religiosas (início do movimento denominado Protestantismo, desencadeado por Martinho Lutero).

A expressão “O nome da Rosa” foi usada na Idade Média significando o infinito poder das palavras (mesmo sem ver o objeto, temos a capacidade de saber do que se trata).

O MONGE E A FILHA DO CARRASCO (1995, Brasil, direção: Walter Lima Junior)

Drama baseado no livro *The Monk and the Hangman’s Daughter*, de Ambrose Bierce. A história se desenvolve numa cidade indefinida, no século XVIII. Retrata as formas de pensar e agir da época, justificadas pelos dogmas religiosos. Uma jovem é tratada pela comunidade, de forma preconceituosa, porque é filha do carrasco local.

CARLOTA JOAQUINA, PRINCESA DO BRAZIL (1995, Brasil, direção: Carla Camurati)

Com o gênero Comédia - história, trata de forma bem humorada a vida da rainha portuguesa e princesa do Brasil, Carlota Joaquina (Marieta Severo). Retrata a situação política, econômica, social e cultural da época, destacando as relações entre colonizadores e colonizados. Merece destaque a interpretação do ator Marco Nanini, como D. João VI. Este foi o primeiro filme dirigido por Carla Camurati.

AULA 2

Período Imperial

Na aula 1, tivemos a oportunidade de estudar, de forma contextualizada, sobre a educação no Brasil-Colônia. Agora, iremos conhecer a estrutura educacional apresentada em nosso país no Período Imperial, considerando as modificações políticas, econômicas, sociais e culturais desse momento histórico. Você poderá comprovar a cada leitura que a educação não é neutra, ela está sempre a serviço dos grupos dirigentes da sociedade.

Objetivos

- Analisar as mudanças na estrutura de classes brasileira no Período Imperial
- Identificar os fatores que contribuíram para a transformação da estrutura do modelo econômico brasileiro
- Conhecer as principais reformas do ensino realizadas no Período Imperial
- Estudar a Educação no Período Imperial, estabelecendo relação com a atualidade, compreendida como consequência de um processo histórico

TÓPICO 1

Período Imperial (1822 - 1888)

OBJETIVO

- Descrever o período imperial brasileiro

Vimos na aula anterior como o povo brasileiro estava descontente com a relação de dominação do Brasil pela metrópole lusitana. Em 1821, com o retorno da Família Real a Portugal e com as modificações sociais, políticas, econômicas e educacionais realizadas por D. João VI, a camada social dominante no Brasil percebeu a possibilidade de efetivar a emancipação do país. Como consequência da pressão desse grupo, D. Pedro I, Príncipe Regente, filho de D. João VI, decidiu proclamar a Independência do Brasil, a 7 de setembro de 1822.

Assim, inicia-se o período imperial brasileiro, que compreende o 1º Império, com D. Pedro I (1822-1831) e o 2º Império, com D. Pedro II (1840-1889). Neste momento

histórico, muitas modificações foram realizadas, mas a nossa dependência econômica se manteve, agora com relação à Inglaterra.



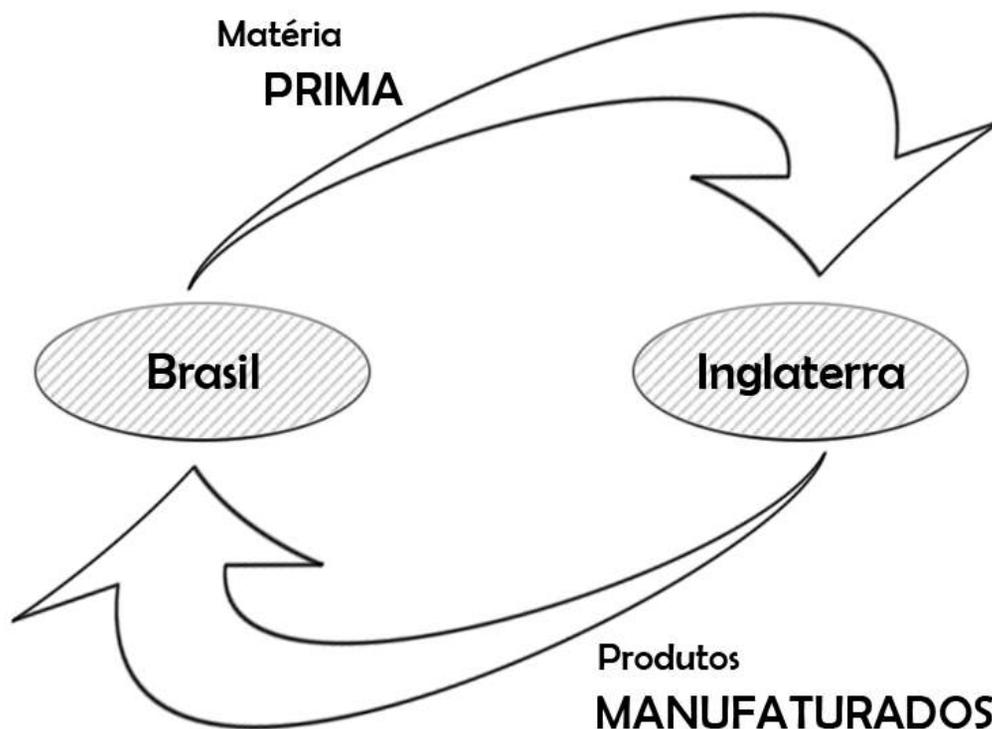
Figura 1: O Grito do Ipiranga, de Pedro Américo.(óleo sobre tela, 1888).



VOCÊ SABIA?

Pedro Américo de Figueiredo Melo (1843 – 1905), pintor, desenhista e escritor brasileiro, nasceu em Areia, no estado da Paraíba. Estudou no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1856. Em 1859, recebeu do imperador D. Pedro II uma bolsa de estudos para se aperfeiçoar em desenho e pintura na França. Tornou-se também Doutor em Ciências Físicas pela Universidade de Bruxelas, na Bélgica. Foi considerado um dos mais famosos artistas de sua época. (Fonte: <https://www.historiadasartes.com/sala-dos-professores/independencia-ou-morte-pedro-americo/>). O nome original da tela apresentada é Independência ou Morte, mas ficou conhecida como O Grito do Ipiranga. A tela retangular mede 7,60 x 4,15 m e representa a cena de Dom Pedro I proclamando a Independência do Brasil. Essa obra foi encomendada pelo governo imperial e pela comissão de construção do monumento do Ipiranga. Encontra-se atualmente no salão nobre do museu paulista da USP. É a principal obra do museu e a mais divulgada de Pedro Américo. (Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Independ%C3%Aancia_ou_Morte.jpg> Acesso em 12/06/2007)

Relação econômica, Brasil - Inglaterra



Fluxograma 2 – Relação econômica, Brasil - Inglaterra

Nossa economia passou de um modelo agrário-exportador-dependente, vivenciada no período colonial, ao agrário-comercial-exportador-dependente, com base na monocultura canieira, utilizando mão-de-obra escrava. A sociedade era composta basicamente por dois grandes grupos: a aristocracia rural, com ideias conservadoras e os escravos.

Em 05 de março de 1824, foi outorgada a 1ª Constituição Brasileira, com ideais liberais, inspirada na Constituição Francesa de 1791. Defendia uma monarquia unitária, hereditária e representativa; oficializou o catolicismo como religião nacional; estabeleceu a superioridade do Estado sobre a Igreja; instituiu o voto censitário (baseado na renda) e descoberto (não secreto). Definiu também quatro poderes: Executivo (da competência do Imperador e seus ministros), Judiciário (de responsabilidade do Supremo Tribunal de Justiça), Legislativo (desempenhado pela Câmara dos Deputados e Senado) e Moderador (praticado exclusivamente pelo Imperador).

É importante esclarecer que a Constituição era liberal, mas foi posta em prática por uma elite dirigente conservadora, preocupada em manter seu poder político

e econômico. Esse fato provocou descontentamento por parte da aristocracia rural, que visava o livre comércio, mas o absolutismo do imperador não permitiu essa prática. Surgem, então, dois grupos com ideais políticos conflitantes: os conservadores e os liberais.

A impopularidade de D. Pedro I foi aumentando devido a vários fatores, entre os quais:

- o abuso de poder, que se dava por intermédio da nomeação e pela demissão de ministros sem critério político, conforme sua vontade;
- a condenação à morte de várias personalidades que defendiam ideais de liberdade, entre eles o líder pernambucano Frei Caneca e o jornalista Libero Badaró;
- o volume crescente de empréstimos externos, utilizados fundamentalmente na manutenção das forças armadas para combater os rebeldes liberais e para custear os gastos da corte;
- a postura moral do imperador, envolvido em escândalos e relações amorosas extra-conjugais;
- o insucesso de medidas políticas e econômicas adotadas, que resultaram na falência do Banco do Brasil em 1828 e no crescente déficit econômico do país (consumo maior do que a produção).

Temendo ser derrubado do poder, D. Pedro I abdicou do trono em 7 de abril de 1831, em favor de seu filho, D. Pedro II, que tinha cinco anos. O menino foi confiado a José Bonifácio, seu tutor, até que ele atingisse a maioridade e pudesse assumir o trono.

Registram-se muitas revoltas de caráter político-administrativas, ocorridas entre o primeiro e o segundo reinado, resultantes da disputa pelo poder dos grupos conservadores e liberais. As principais foram: a Cabanagem (Pará, 1835-1836), a Sabinada (Bahia, 1837-1838), a Balaiada (Maranhão, 1838-1841) e a Guerra dos Farrapos (Rio Grande do Sul e Santa Catarina, 1835-1845).

Diante dessas manifestações, a elite conservadora, representada pelos irmãos Andrada, irmãos Coutinho e irmãos Cavalcante, encontrou uma maneira de garantir o poder, criando uma emenda constitucional, antecipando a maioridade do Imperador. Em 23 de julho de 1840, D. Pedro II foi coroado Imperador, aos 14 anos de idade.



Figura 2: D. Pedro I - por Henrique José da Silva



Figura 3: D. Pedro II - por Victor Meireles de Lima

O segundo reinado teve caráter menos centralizado, evidenciado pela criação da Regência Trina Permanente, integrada por representantes do Norte, Sul e Sudeste,

encarregada de atender às necessidades destas regiões. Houve a concretização de algumas reformas de caráter liberal que trouxeram uma estabilidade política temporária ao país.

Havia também muitos conflitos entre os senhores de engenho e os escravos. Os negros fugiam e se organizavam em quilombos, lutando por sua liberdade. Paralela a esta situação, desde 1810, através de Tratados, a Inglaterra vinha pressionando o Brasil para extinguir o tráfico negreiro, substituindo o trabalho escravo pela mão-de-obra livre, coerente com os princípios

e ideologia do capitalismo. Contudo, só em 1850, com a Lei Euzébio de Queirós, chegou ao fim o tráfico negreiro; em 1871 foi promulgada a Lei do Ventre Livre ou Lei Visconde do Rio Branco, que concedeu a liberdade às crianças nascidas a partir daquela data; a Lei do Sexagenário ou Lei Saraiva-Cotegipe, de 1885, que garantia a liberdade aos negros com idade superior a sessenta anos; e enfim a Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, que aboliu a escravidão no Brasil.

A abolição decorreu da necessidade de se cumprir um acordo diplomático com a Inglaterra e deixou a aristocracia escravista revoltada, porque não foi indenizada. Esse ato provocou a adesão do grupo ao Partido Republicano.

Nessa época, já havia se iniciado a cultura do café e com ela a chegada dos imigrantes. A camada média da população, composta por comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, militares, religiosos e pequenos proprietários, estava em crescimento e buscava melhores condições de trabalho (RIBEIRO, 1984, p.56). A estrutura política e econômica imperial não satisfazia aos anseios desta nova classe social.

Os militares também estavam descontentes com o Império, porque não se sentiram valorizados e reconhecidos por suas lutas e vitórias, principalmente após a Guerra do Paraguai. Encontraram apoio nas ideias positivistas defendidas pelo professor e militar Benjamin Constant.

A intervenção do Estado nas decisões da Igreja, previstas na Constituição, contrariaram o clero e a população. Todos esses fatores contribuíram para o fim do 2º. Reinado, em 1889.

VOCÊ SABIA?

Quilombo: nome dado ao local onde os negros se refugiavam e habitavam, no interior das matas. O maior quilombo conhecido foi o de Palmares, em Alagoas, liderado pelo negro Zumbi.



TÓPICO 2

A Educação no Período Imperial

OBJETIVO

- Descrever e analisar a educação brasileira no período imperial

Depois de ler sobre o Período Imperial brasileiro, vamos situar a Educação neste contexto histórico.

Em 1823, houve uma tentativa de suprir a falta de professores através do Método Lancaster (ensino mútuo), em que um aluno (decurião) acompanhado por um inspetor de ensino ensinava a um grupo de dez alunos (decúria).

A nossa primeira Constituição (1824) trazia a ideia de um “sistema nacional de educação” e prescrevia no Art. 179 “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”. Também defendia a ampliação do número de escolas primárias, ginásios, liceus, academias e universidades, distribuídas racionalmente por todo o território nacional, onde deveriam ser ensinados conhecimentos de gramática, ciências e belas artes.

Em 1826, Januário da Cunha Barbosa apresentou um projeto defendendo a Educação como dever do Estado, bem como a ampliação da quantidade de escolas, com todos os níveis de ensino para atender à demanda nacional, inclusive ofertando escolas de preparação para professores. Em 15 de outubro de 1827, criou-se a lei que determinava a criação de escolas de primeiras letras por todo o território nacional, estabelecendo currículo e concedendo às meninas o direito de estudar (este foi o único documento geral instituído pelo Estado até o ano de 1946). Foi inaugurado, neste mesmo ano, o Observatório Astronômico no Rio de Janeiro e os cursos de Direito de São Paulo e Olinda; em 1831, a Escola Real das Ciências, Artes e Ofício passou a se chamar Academia Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro.

Apesar do texto expresso em lei, na prática, o ensino não foi oferecido para todos, porque não houve preocupação em ampliar o número de vagas e nem em oferecer cursos de preparação para professores, mesmo para escolas de primeiras

VOÇÊ SABIA?



O Observatório Nacional foi criado por D. Pedro I, em 15 de outubro de 1827. Entre suas finalidades estava a orientação e estudos geográficos do território brasileiro e de ensino da navegação. Com a Proclamação da República, em 1889, o Imperial Observatório do Rio de Janeiro passou a se denominar Observatório Nacional.(...) Sendo o mais antigo centro astronômico em funcionamento da América do Sul, o Observatório Nacional continua aliado aos grandes desafios da atualidade. As pesquisas científicas, unidas a um intenso trabalho técnico, impulsionam os conhecimentos sobre o Universo e estimulam a busca de novas tecnologias necessárias para o desenvolvimento de equipamentos que, utilizados primeiramente no campo da Astronomia, geram produtos para outras áreas do conhecimento.



Fonte: www.on.br

letras. O ensino assumiu características regionalistas. Faltava também material didático-pedagógico básico para as aulas. Os professores faltavam muito porque não podiam dedicar-se integralmente ao magistério; tinham que trabalhar em outras áreas para obter remuneração necessária ao seu sustento. A educação era privilégio dos homens livres.

O Ensino Secundário era constituído de aulas avulsas e particulares em que eram estudados latim, retórica, filosofia, geometria, francês e comércio. Em 1837, foi criado, no Rio de Janeiro, no antigo Seminário de São Joaquim, o Colégio Pedro II, que deveria ser referência de qualidade do ensino secundário. Este objetivo só foi atingido no Período Republicano.

O Ato Adicional à Constituição (1834) delegava às províncias a responsabilidade do ensino primário e secundário. Como não havia professores habilitados para ensinar, este fato gerou a necessidade de se criar escolas normais. As primeiras surgiram em Niterói (1835), Bahia (1836), Ceará (1845) e São Paulo (1846). Apesar desta determinação legal, na prática não ocorreu. As aulas continuaram a ser ministradas de forma isolada, cabendo a cada estabelecimento de ensino a organização didática (baseada na literatura europeia).

O Império não estabeleceu como prioridade a educação. Preferiu investir

na busca de soluções imediatas para os problemas políticos e econômicos. Essa situação favoreceu o fortalecimento do domínio inglês, porque não tivemos a preocupação de organizar o sistema escolar e disponibilizar recursos para o ensino que capacitassem o aluno a criar tecnologia nacional para desenvolver atividades manufatureiras. Sem concorrência, a Inglaterra continuou exportando para o Brasil produtos industrializados, instrumentos e máquinas.

Ocorreram, a partir de 1850, algumas modificações na estrutura educacional. Entre elas podemos citar:

A criação da Inspetoria Geral e da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, destinada a fiscalizar e orientar o ensino público e particular (1854); estabelecimentos das normas para o exercício da liberdade de ensino e de um sistema de preparação do professor primário (1854); reformulação dos estatutos do Colégio de Preparatórios, tomando-se por base programas e livros adotados nas escolas oficiais (1854); reformulação dos estatutos da Academia de Belas Artes (1855); reorganização do Conservatório de música e reformulação dos estatutos da Aula de Comércio da Corte. (RIBEIRO, 1984, p.56).

Neste momento, há o registro de aprofundamento de estudos pela elite intelectual brasileira, sobre os seguintes assuntos discutidos na Europa: Liberalismo e Positivismo. Desta leitura foram retiradas ideias que serviram de base para as reivindicações dos republicanos. Eis algumas delas: abolição dos privilégios aristocráticos; separação da Igreja e do Estado; instituição do casamento e registro civil; secularização dos cemitérios; abolição da escravidão; libertação da mulher para, através da instrução, desempenhar seu papel de esposa e mãe; e a crença na educação como chave dos problemas fundamentais do país (RIBEIRO, 1984, p. 65).

Também se evidenciou o interesse pelo Pragmatismo, especialmente o praticado nos Estados Unidos. Esta nova forma de pensar a Educação foi trazida para o Brasil pelos missionários protestantes que, fundamentados nas ideias de Pestalozzi, criaram em 1870, a Escola Americana, o Colégio Piracicabano de ensino primário.

Embora estivesse presente na Constituição um texto defendendo educação para todos, não era isso que ocorria na prática. Em 1857, no Rio



VOCÊ SABIA?

Liberalismo: doutrina político-econômica que defende os princípios do individualismo, da liberdade, da propriedade, da igualdade e da democracia. Um dos maiores pensadores do liberalismo foi John Locke, que viveu na Inglaterra no século XVII, época da Revolução Industrial. Essas ideias ganharam força máxima durante a Revolução Francesa (KRUPPA, 2002, p. 51).

Positivismo: termo adotado por Auguste Comte para designar toda uma diretriz filosófica marcada pelo culto da ciência e pela sacralização do método científico. Defendia o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim (COTRIM, 2005, p. 189).

Pragmatismo: propõe uma concepção dos homens como seres práticos, ativos, e não apenas como seres pensantes. O conceito de verdade(...) é aquilo que é útil, que dá certo, que serve aos interesses das pessoas na sua vida prática (COTRIM, 2005, p. 61).

Grande do Sul, o Colégio de Artes Mecânicas negou-se a aceitar crianças negras como alunas, mesmo elas sendo livres. O ensino destinava-se, na realidade, aos privilegiados da sociedade, filhos da aristocracia rural. Para comprovar esta afirmação, basta relatar que o Brasil tinha nesta época uma população de 10 milhões de habitantes e apenas 150.000 alunos matriculados em escolas primárias.

Com a intenção de resolver os problemas da Educação, foi implantada, em 1879, a Reforma Leôncio de Carvalho que defendia: 1. a liberdade de ensino, concedendo o direito a cada escola de aplicar teorias e métodos que julgassem convenientes para a consecução de seus objetivos; 2. a autonomia do aluno do ensino secundário e superior, deixando a seu critério a escolha do que, como, quando e com quem gostaria de estudar; 3. a dissociação do exercício do magistério dos demais cargos públicos e administrativos, mediante a melhoria da remuneração do professor. Esta última medida demorou a ser implantada, devido ao não cumprimento do Estado em aumentar o valor do salário.

Sem a devida atenção à educação, continuamos sendo um país dependente, aumentando cada vez mais o nosso déficit econômico (porque na relação com o mercado exterior, os produtos naturais valem menos que os manufaturados) e cultural (já que não tínhamos educação voltada para o desenvolvimento tecnológico).



Caro aluno(a)

Aqui está uma lista com indicação de filmes que retratam a época do Império brasileiro. Procure assisti-los. Eles facilitarão a compreensão do assunto estudado.

INDEPENDÊNCIA OU MORTE (Brasil, 1972, direção de Carlos Coimbra)

Drama histórico que retrata de forma heroica, quase mítica, a independência política do Brasil. D. Pedro I (Tarcísio Meira) apresenta-se como patriota, indignado com a exploração sofrida pela colônia. O filme, produzido por ocasião do sesquicentenário da Independência do Brasil, mostra também o caso extraconjugal do príncipe/imperador com a Marquesa de Santos (Glória Menezes), mas com um tom romântico e ingênuo, de amor impossível.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=cRuCgVOi3wo>

O GRITO DO IPIRANGA – INDEPENDÊNCIA OU MORTE (Brasil, 1971, direção de Giorgio Lambertini)

Apresentação de fatos históricos que desencadearam a Independência do Brasil, com cenas de romance e manifestações culturais e populares da época colonial. Achiles Lambertini interpretou D. Pedro I e Luisa Lambertini, D. Domitila.

Fonte: <http://bases.cinemateca.gov.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/?IsisScript=iah/iah.xis&base=FILMOGRAFIA&lang=P&nextAction=search&exprSearch=ID=001643&format=detailed.pft>

HISTÓRIA DO BRASIL (Brasil, 1987, direção de Glauber Rocha)

Este filme apresenta parte da história do Brasil, de maneira crítica e dialética. Retrata o desembarque dos portugueses em terra brasileira, a divisão territorial em capitanias, o trabalho dos missionários jesuítas, a escravização dos índios e negros, os bandeirantes, garimpeiros de Minas Gerais, o Aleijadinho, Conjura do Tiradentes e Garibaldi em Santa Catarina. Também retrata o Século XX e a colonização americana numa “sociedade luso-africana”.

Fonte: <http://bases.cinemateca.gov.br/programacao.php?id=417>

AULA 3

Período Republicano

Já vimos que o Brasil passou por dois tipos distintos de governo - Colonialismo e Imperialismo – e como a educação se apresentou nesses momentos históricos. Vamos ver agora, nesta aula, o período da Primeira República, que compreende os anos de 1889 a 1929. Fiquem atentos para perceber a força e a influência de grupos ruralistas economicamente dominantes, sobre os segmentos político e educacional.

Objetivos

- Conhecer o regime político Republicano adotado pelo Brasil, identificando sua fundamentação filosófica e suas principais características
- Compreender a influência das ideias do Positivismo e do Liberalismo na sociedade brasileira
- Perceber a força da elite dirigente (oligarquia rural) no direcionamento das decisões políticas, econômicas, sociais e educacionais

TÓPICO 1

A Primeira República (1889 - 1929)

OBJETIVO

- Descrever a organização político-econômica do Brasil na Primeira República

Antes de iniciarmos esta aula, vamos fazer uma revisão sobre o Período Imperial. Vimos que ficamos independentes politicamente de Portugal, mas continuamos submissos economicamente à Inglaterra. Exportávamos produtos naturais – principalmente da monocultura canavieira - e importávamos produtos manufaturados, máquinas e instrumentos. Fomos pressionados pelos ingleses a acabar com a escravidão, porque não era uma prática coerente com os ideais do capitalismo.

Outro grupo começou a surgir na sociedade brasileira: o dos cafeicultores. Conhecidos também como a “burguesia do café”, aliaram-se à camada média (militares, religiosos, profissionais liberais e comerciantes) e, influenciados pelas ideias do Positivismo e Liberalismo, puseram fim ao Império, promovendo a Proclamação da República.

A educação manteve o caráter humanista, conservador. Esta situação favoreceu a relação de dominação porque nos tornamos reprodutores de conhecimentos, dissociados da nossa realidade. Não se investiu em ciência e nem em tecnologia. Não havia sistema escolar e as aulas eram ministradas de acordo com a organização de cada instituição de ensino. Havia poucos professores habilitados e, muitas vezes, a instrução era dada pelos alunos que tinham conhecimento mais aprofundado sobre a matéria. As condições de ensino eram precárias: existiam poucas escolas; faltava material didático-pedagógico; os professores eram mal remunerados e as instalações físicas inadequadas.

Os militares Benjamin Constant, Deodoro da Fonseca e Sólton Ribeiro, junto com os civis Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, Rui Barbosa e Francisco Glicério, lideraram um movimento que resultou na Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Esse ato foi possível, fundamentalmente, em decorrência da união entre o exército e os fazendeiros do café.

Os primeiros anos da República caracterizam-se principalmente:

1. pela ascensão da nova aristocracia cafeeira;
2. pela intensificação da imigração, principalmente dos italianos, para cuidar das lavouras do café, mediante pagamento de salário;
3. pelo surgimento da classe média (militares, comerciantes, profissionais liberais) e
4. pela presença de ideias do Positivismo, do Liberalismo e do Evolucionismo.

O novo governo tinha a pretensão de tornar o Brasil independente economicamente, através da industrialização. Foi com essa intenção que surgiu a Constituição Republicana de 1891, segunda do Brasil, baseada no modelo norte-americano. Ela garantia o regime presidencialista, representativo (deputados e senadores eleitos pelo voto direto) e federativo (transformação das antigas províncias em vinte Estados autônomos, com ampla autonomia administrativa e financeira).

Estabeleceu três poderes:

- Executivo, exercido pelo presidente eleito diretamente, com mandato de 4 anos de duração, sem direito à reeleição;
- Legislativo, composto pelo Senado Federal (três senadores por Estado e três pelo Distrito Federal, com mandato de 9 anos) e Câmara dos Deputados (proporcional ao número de habitantes, com mandato de 3 anos);
- Judiciário, representado pelo Supremo Tribunal Federal e Juízes Federais e Tribunais de todo o país.

A nova organização do país mostrava uma preocupação com relação à descentralização política, atendendo aos interesses do novo grupo dominante. Tinha-se, então, um novo regime, a República, com antigos fins. A nova Constituição também determinou a separação entre Igreja e Estado e instituiu o casamento civil.



VOCÊ SABIA?

A nossa atual Constituição (1988) é a sétima da História do Brasil e foi promulgada durante o governo José Sarney. A primeira foi outorgada por D. Pedro I, em 1824; a segunda, de 1892, era Republicana, de espírito liberal e inspirada no modelo norte-americano; a terceira, promulgada pela Assembleia Constituinte durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, em 1934; a quarta, de 1937, foi outorgada por Getúlio Vargas, durante o governo ditatorial e possuía ideias fascistas; a quinta, promulgada durante o governo Dutra, em 1946, surgiu após a queda do Estado Novo; a de 1967, foi a sexta, e foi promulgada pelo Congresso Nacional, no período da ditadura militar de 1964.

Os dois primeiros mandatos presidenciais foram de militares. Estes não dominavam os meios de produção, mas impunham sua força através das armas. Os governos de Marechal Deodoro da Fonseca e do Marechal Floriano Peixoto foram muito conturbados, porque o Poder Legislativo, composto por representantes das oligarquias estaduais, queria defender o livre comércio, principalmente do café (São Paulo) e do leite (Minas Gerais). Essa liderança paulista e mineira ocorreu devido à condição dada pela Constituição, que determinava que o número de deputados deveria ser proporcional ao número de habitantes. Veja que essa condição liberal favoreceu as desigualdades locais e regionais do país, porque os investimentos variavam. A crise da República foi superada em 1895, com a eleição do civil, Prudente de Moraes.

Como se vê, o poder econômico estava intimamente relacionado com o poder político. Esta época foi conhecida como República Café-com-Leite, porque a presidência da república era assumida ora por representantes de São Paulo ora por representantes de Minas Gerais (grandes produtores de café e leite, respectivamente). Com todo este apoio, a produção de café, no final do século XIX, já superava a produção mundial. Mas, com esta grande quantidade, os cafeicultores estavam encontrando dificuldades para vender a safra.

Em 1924, foi criado o Instituto do Café do Estado de São Paulo, que objetivava limitar a quantidade de café exportado, conquistar novos mercados consumidores e ajudar os cafeicultores com empréstimos e financiamentos. É importante dizer que grande parte deste dinheiro era originária de capital estrangeiro.

Então, em 1929, aconteceu a Queda da Bolsa de Nova Iorque, deixando baixíssimo o preço do café no mercado externo. Washington Luis, presidente do Brasil à época, negou-se a dar auxílio aos cafeicultores e a situação tornou-se insustentável. O enfraquecimento econômico das oligarquias também se manifestou na política.

A classe média (comerciantes, funcionários públicos, militares e profissionais liberais), menosprezada pelos grandes fazendeiros do café, participava e apoiava



ATENÇÃO!

O voto não era secreto nas primeiras décadas da República. Este fator contribuiu para o surgimento do Coronelismo, que dizia respeito ao poder exercido por um chefe político local ou regional, que manipulava as eleições (voto de Cabresto), para garantir a vitória de seus candidatos (representantes das oligarquias). Esta prática acontecia em todo o país, contudo, era mais forte nos estados pobres, principalmente no Nordeste. Podiam votar as pessoas com idade superior a 21 anos, mas os mendigos, analfabetos, soldados, mulheres e ordens monásticas não podiam exercer este direito.



VOCÊ SABIA?

O Brasil foi representado, ao longo da história, por 13 bandeiras. A atual foi criada em 1889 e sua legenda “Ordem e Progresso” é positivista.

várias manifestações de repúdio ao Governo, entre elas o Movimento do Forte de Copacabana (1922), a Semana de Arte Moderna (1922), a fundação do Partido Comunista, a Revolta Tenentista (1924) e a Coluna Prestes (1924 a 1927). Em 1930, chegou ao fim a República Café-com-Leite.

TÓPICO 2

A Educação na Primeira República

OBJETIVO

- Apresentar e discutir características da educação brasileira na Primeira República

A organização escolar no período da Primeira República recebeu forte influência das ideias liberais e positivistas.

A Constituição de 1891 determinava que a responsabilidade pela educação ficasse sob a responsabilidade dos estados, que incentivariam o ensino das ciências, artes e técnicas de trabalho, desvinculado do caráter religioso. Observe alguns dos artigos da Carta de 1891, relativos à educação.

Artigos da Carta de 1891, relativos à educação

Art. 35 - Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente:

1º) velar na guarda da Constituição e das leis e providenciar sobre as necessidades de caráter federal;

2º) animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e comércio, sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais;

3º) criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados;

4º) prover a instrução secundária no Distrito Federal.

Art. 72

§6º. – será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm

O liberalismo político, econômico e educacional provocou desigualdades acentuadas nos estados, porque dependia do investimento que cada um deles poderia fazer. As escolas mais beneficiadas eram as que se encontravam na região Sudeste, onde havia concentração de capital gerado pelas fazendas de café.

pt.wikipedia.org



Figura 4: Benjamin Constant

Benjamin Constant, militar e educador positivista, propôs uma reforma que visava romper com a tradição humanística clássica, priorizando os conhecimentos científicos, especialmente, a matemática, a astronomia, a física, a química, a biologia, a sociologia e a moral. Ele entendia que o objetivo maior do ensino deveria ser a formação humana, baseada na ciência. Discordava, então, da forma de pensar predominante no período imperial, segundo a qual a Educação deveria ser voltada, sob uma perspectiva humanista, quase que exclusivamente, para o ingresso no curso superior.

No entanto, embora a nova proposta para educação representasse um avanço para o ensino, na prática, o que houve foi apenas um acréscimo de disciplinas no currículo, tornando, assim, o ensino “enciclopédico” e reprodutor. Na verdade, não se evidenciou uma mudança substantiva na forma de pensar das pessoas e nem a vontade de produzir conhecimento técnico-científico. A nova elite dirigente continuou pensando e agindo como os senhores de engenho: estavam preocupados apenas com as questões políticas e econômicas imediatas.

Esta reforma também defendia a gratuidade do ensino primário e definiu o ensino seriado, assim organizado:

- Escola Primária: composta pelo 1º grau, para crianças com faixa etária entre 7 e 13 anos; e 2º Grau, para alunos de 13 a 15 anos.
- Escola Secundária: com duração de 7 anos. Por ocasião do término do ensino secundário, os alunos eram submetidos ao Exame de Madureza, que consistia numa prova para verificar se eles tinham adquirido conhecimento suficiente para concluir o curso.
- Ensino superior artístico e técnico para todo o território nacional.

Várias mudanças educacionais ocorreram. Vejamos algumas delas:

Código Eptácio Pessoa	1901	Retirou as disciplinas da área de ciências do currículo (biologia, sociologia e moral), privilegiando as da área de humanas.
Reforma Rivadávia Correia	1911	Resgatou ideias do positivismo e liberalismo (concedeu total autonomia às escolas), aboliu o caráter oficial do ensino, restabeleceu o propósito de formação científica do aluno secundarista, transferindo o exame de madureza (de admissão) para o ensino superior.
Reforma Carlos Maximiliano	1915	Instituiu a reoficialização do ensino, reforma do Colégio Pedro II e regulamentação do ingresso nas escolas superiores.
Reforma Rocha Vaz/Reforma João Luiz Alves	1925	Estabeleceu normas regulamentares para o ensino e instituiu a disciplina de Moral e Cívica para apaziguar as desavenças entre os estudantes e o presidente Arthur Bernardes. Além destas, outras medidas foram aplicadas em âmbito estadual, sob a responsabilidade de Lourenço Filho (Ceará, 1923), Anísio Teixeira (Bahia, 1925), Francisco Campos e Mário Casassanta (Minas Gerais, 1927), Fernando de Azevedo (Distrito Federal – Rio de Janeiro, 1928) e Carneiro Leão (Pernambuco, 1928)

Quadro 1 - Reformas educacionais da Primeira República

A preocupação em aplicar modelos importados, desvinculados das necessidades da sociedade brasileira (teoria dissociada da prática), acentuou o problema do analfabetismo, que em 1920 atingia a 75% da população. Não houve um estudo sistemático da realidade nacional para o planejamento e execução de programas destinados a solucionar este problema. Assim, contra esta dependência cultural, política e econômica, imposta pelas elites dirigentes, nacional e estrangeira, surgiram várias manifestações (lideradas principalmente por intelectuais e militares), que propiciaram a tomada de poder por Getúlio Vargas, em 1930: o Movimento do Forte de Copacabana (1922), a Semana de Arte Moderna (1922), a fundação do Partido Comunista, a Revolta Tenentista (1924) e a Coluna Prestes (1924 a 1927).

AULA 4

A Revolução de 30 e a expansão do Ensino

Você já ouviu falar em Estado Novo? E em Getúlio Vargas? Esses são alguns dos assuntos que estudaremos nesta aula! Inicialmente, trataremos dos motivos que propiciaram o declínio do modelo político e econômico da Primeira República. Depois, nos deteremos na análise crítica dos ideais nacionalistas, da transição econômica de poder (da ênfase no agropecuarismo à implantação da industrialização) e conheceremos quais as modificações e propostas educacionais realizadas durante este período.

Objetivos

- Entender as causas e consequências da queda da Primeira República
- Conhecer o modelo político e econômico nacional desenvolvimentista, baseado na industrialização
- Conhecer as propostas e as reformas educacionais do Estado Novo

TÓPICO 1

A Fase de 1930-1945

OBJETIVO

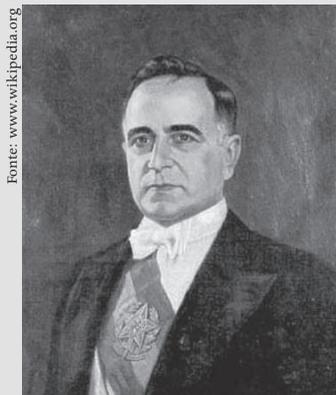
- Descrever e analisar a organização político-social e econômica do período do Estado Novo

Vimos que a Primeira República foi marcada por conflitos nas áreas política, social e educacional. A economia era voltada, predominantemente, para a exportação do café. A política favorecia as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, sendo, por esta razão, denominada de política café-com-leite. A classe média, desprezada pelo grupo cultivador e exportador do café, começou a promover manifestações em oposição à República Velha. Estes movimentos, liderados pelos militares (Tenentismo), iniciaram na década de 20, com o surgimento da Revolta do Forte de Copacabana, em 05 de julho de 1922. Defendiam o voto secreto (visando acabar com o voto de cabresto e com o Coronelismo) e o rompimento do elo político entre os estados que detinham o domínio sócio-político e econômico do Brasil.

A educação era destinada à elite dirigente. Não foram ampliadas as vagas nas escolas e não houve preocupação em melhorar a qualidade do ensino ofertado. A prática pedagógica consistia na aplicação de teorias importadas da Europa.

No governo de Washington Luis, São Paulo e Minas Gerais apresentavam divergências de caráter financeiro. Por causa dessa situação, em 1930, foi lançada a candidatura do gaúcho Getúlio Vargas à presidência e do paraibano João Pessoa à vice-presidência, com o apoio de Minas Gerais. Eles integravam o movimento conhecido por Aliança Liberal, que era composto pelos partidos e demais instituições insatisfeitas com a República Velha. Contudo, a vitória foi do paulista Júlio Prestes, candidato representante das oligarquias. Foi eleito sem o apoio dos estados de Minas Gerais (frustrado pela impossibilidade de lançar o mineiro Antônio Carlos Riberio de Andrada à sucessão presidencial), Rio Grande do Sul e Paraíba.

VOCÊ SABIA?



Fonte: www.wikipedia.org

Figura 1: Getúlio Dornelles Vargas

Getúlio Dornelles Vargas nasceu em São Borja (RS), em 19 de abril de 1882, e suicidou-se com um tiro no coração, no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro (na época, a capital federal) em 24 de agosto de 1954. Constituiu-se um dos principais líderes da Revolução de 1930 que derrubou a República Café-com-leite. Foi presidente quatro vezes. Tornou-se conhecido como o “pai dos pobres” devido à implantação de medidas políticas e econômicas adotadas no seu governo. Suas ideias continuam sendo defendidas pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Getúlio Vargas terminou o bacharelado em direito em Porto Alegre, em 1907, onde recebeu forte influência positivista. Foi eleito deputado estadual em 1909. Em 1911, casou-se com Darcy Lima

Sarmanho, com quem teve cinco filhos. Seu matrimônio tinha o objetivo de unir duas famílias com forte rivalidade política. Foi reeleito deputado estadual em 1913. Tornou-se deputado federal pelo Partido Republicano Riograndense (PRR) em 1923. Foi Ministro da Fazenda pelo curto período de 1926 a 1927, porque tornou-se candidato e elegeu-se Governador do Rio Grande do Sul (1928). No decorrer deste mandato, concorreu à Presidência da República, opondo-se ao regime da República Velha, defendendo o direito de voto à mulher e extinção do voto descoberto (combatendo o voto de cabresto).

Contudo, ainda em 1930, estourou a revolução e Getúlio Vargas, apoiado pelos militares e pela nova classe dirigente, assumiu a Presidência do Brasil, em caráter provisório, até 1934. Continuou na presidência, nos períodos de 1934 a 1937 (Governo Constitucional); de 1937 a 1945 (Estado Novo); e 1951 a 1954 (eleito pelo voto direto). A partir desse momento, mineiros e gaúchos se revezaram na presidência da república por 41 anos.

Durante o governo provisório, Getúlio concedeu anistia às pessoas envolvidas nas manifestações de protesto contra a política empreendida pela República Velha; garantiu o voto universal e secreto; criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Ministério da Educação e Saúde; viabilizou o surgimento da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); liberou a propaganda comercial nas rádios; reaproximou a Igreja do Estado, reconhecendo como oficial a religião católica; decretou a lei da usura, para impedir a aplicação de elevadas taxas de juros; e

declarou moratória para viabilizar o pagamento da dívida externa do Brasil, cujo valor era bastante elevado.

O período de 1934 a 1937 foi denominado de Governo Constitucional, exercido pelo Presidente Getúlio Vargas, eleito pelo Congresso. Em 1934, foi promulgada a nossa 3ª Constituição, influenciada pela Constituição Alemã de Weimar (liberal e centralizadora). Ela determinou a extinção do cargo de vice-presidente; ampliou as condições para intervenção nos Estados; previu a nacionalização gradativa dos bancos e indústrias; concedeu o direito de voto às mulheres; introduziu capítulos referentes às diretrizes econômicas e sociais, à educação e à cultura; insituiu a carteira de trabalho e determinou a estabilidade no emprego após dez anos de serviço; definiu a jornada de trabalho diária e semanal, regulamentou o salário mínimo e proibiu o trabalho para menores de 14 anos.

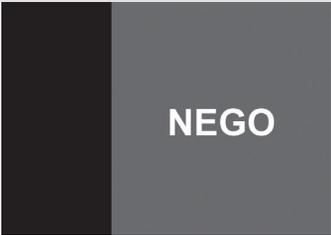
Esse momento foi caracterizado por forte instabilidade política e econômica. Muitas manifestações grevistas foram registradas, denunciando a falta de emprego, a busca por aumento salarial e redução do custo de vida (bastante elevado devido à dívida externa), apoiados por grupos organizados como a Ação Integralista Brasileira (AIB) e Aliança Nacional Libertadora (ANL), liderados respectivamente por Plínio Salgado e Luiz Carlos Prestes. Vejamos como se caracterizou o primeiro movimento de massas do Brasil:

O agravamento das condições de vida das massas urbanas e rurais, e as tendências autoritárias de Vargas, fornecem os ingredientes para formar a Aliança Nacional Libertadora (ANL), em março de 1935. A ANL é uma grande frente política formada por ex-tenentes, comunistas, socialistas, líderes sindicais e liberais aliados do poder. (...) Defende a suspensão definitiva do pagamento da dívida externa, ampliação das liberdades civis, proteção aos pequenos e médios proprietários de terra, reforma agrária nos latifúndios improdutivos, nacionalização das empresas estrangeiras e instauração de um governo popular (...) Formada à semelhança das frentes populares antifascistas e antiimperialistas da Europa, é o primeiro movimento de massas de caráter nacional. Congrega operários, estudantes, militares de baixa patente e membros



VOCÊ SABIA?

A palavra **NEGO** presente na bandeira da Paraíba diz respeito à recusa de apoio à candidatura de Júlio Prestes.



Fonte: www.wikipedia.org

Figura 1: Bandeira da Paraíba

da classe média. Seu rápido crescimento assusta as classes dominantes. Surgem campanhas contra a “ameaça comunista”. Getúlio Vargas começa a reprimir os militantes e, em 11 de julho de 1935, decreta a ilegalidade da ANL e manda fechar suas sedes.

https://www.passeiweb.com/estudos/sala_de_aula/biografias/getulio_vargas

O período de 1937 a 1945 ficou conhecido como Estado Novo e caracterizou-se pelo golpe de estado e instauração da ditadura imposta por Getúlio Vargas. Ele outorgou a nova Constituição Brasileira (1937), elaborada por Francisco Campos e conhecida como “polaca” porque foi baseada na Constituição Polonesa. Ela insituía o Estado Autoritário, com poder centralizado. Não admitia manifestações contrárias ao Governo. Por esta razão, a imprensa foi censurada e muitas pessoas foram presas durante este regime, entre elas, o líder comunista Luis Carlos Prestes, Monteiro Lobato e Graciliano Ramos.

O modelo político e econômico da época centrava-se no desenvolvimento da industrialização nacional e pela diversificação agrária. Muitas instituições foram criadas: o Ministério da Aeronáutica; o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP); o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP); o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN); a Companhia Vale do Rio Doce; o Instituto do Açúcar e do Alcool, do Mate e do Pinho; a Fundação Getúlio Vargas; o Conselho Nacional do Petróleo (CNP); a Companhia Hidrelétrica do São Francisco entre outras. Estas inovações satisfizeram os anseios das burguesias rural e industrial e atenderam as necessidades imediatas da classe média, ampliando a oferta de empregos públicos e particulares.

Getúlio Vargas criou a Justiça do Trabalho. Outorgou também o Código Penal e o Código de Processo Penal e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), todos até hoje em vigor.

Assim, o Estado Novo executou uma política denominada populista, em que se busca equilíbrio e conciliação entre a classe dos trabalhadores e a burguesia, através da supervalorização dos direitos sociais em contraposição aos deveres.

Em 1939, tem início a Segunda Guerra Mundial. A princípio, o Brasil assumiu uma posição de neutralidade, embora houvesse proximidade com os países do Eixo – Alemanha, Itália e Japão – devido à semelhança do modelo político ditatorial adotado por estas nações. Contudo, visando interesses econômicos, o Brasil integrou-se aos países Aliados – Estados Unidos, França e Inglaterra – disponibilizando as bases militares de Belém, Natal, Salvador, Recife e Fernando de Noronha, em troca de recursos financeiros,

utilizados para a construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda. A oficialização deste apoio resultou no ataque desferido pelos alemães aos navios mercantes brasileiros, que se encontravam no nosso litoral. Este foi o estopim para o ingresso do Brasil na Guerra em 1943, com a Força Expedicionária Brasileira (FEB).

Outra negociação registrada na época foi a exportação de borracha para os Estados Unidos, resultando na migração de nordestinos para a região Amazônica, para extrair o látex das seringueiras.

Em 1945, chegou ao fim a Segunda Guerra Mundial, com vitória dos Aliados. O modelo político do Estado Novo fica, então, fragilizado diante da contradição existente entre a ditadura exercida e os ideais democráticos defendidos pelos países Aliados. Surgem também movimentos internos de repúdio à ditadura. Getúlio Vargas resolve então minimizar as pressões anistiando presos políticos, legalizando o PCB e concedendo liberdade de imprensa.

Segundo Ribeiro (1984, p. 123), algumas dificuldades se estabeleceram para a permanência de Getúlio Vargas no poder. Entre elas estava o fato de ele tentar se aproximar das massas, não para colocar-se como instrumento delas, mas para usá-las como meio em favor de seus próprios objetivos. Um outro problema enfrentado pelo então Presidente foi o fato de ele não ser simpático aos Estados Unidos. Esses fatos fizeram com que sua renúncia se impusesse. Dessa forma, em 1945, Getúlio Vargas foi deposto pelos militares.

TÓPICO 2

A Educação no Estado Novo

OBJETIVO

- Identificar o arcabouço legal do Estado Novo na Educação

A substituição do modelo político e econômico de importação pelo de desenvolvimento da indústria nacional e diversificação agrária proporcionou mudanças significativas na educação. Percebe-se, neste momento, o despertar da importância do ensino para o crescimento do país.

Em 1930, foi criado o Ministério de Educação e Saúde, que priorizou o surgimento da universidade brasileira, unificando as faculdades isoladas. Um grupo de 26 educadores e intelectuais da época, participantes do movimento que resultou na posse de Getúlio Vargas, lançou, em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo, contendo ideias inovadoras para o ensino nacional, propondo uma escola obrigatória para todos e desprovida de direcionamento religioso.

Contudo, não foi isso que se efetivou na prática. Neste mesmo ano, foi aprovada a reforma Francisco Campos, que oficializava a dualidade do ensino – secundário e profissionalizante - para a classe dirigente e a proletária, respectivamente. A justificativa residia na necessidade de preparação de mão-de-obra qualificada para o trabalho nas indústrias. A educação precisava ser diferenciada para a formação de patrões e empregados.

A Constituição de 1934 estabelecia a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário; o ensino religioso facultativo; as responsabilidades em nível Federal, Estadual e Municipal sobre o financiamento da educação; a criação de um Plano Nacional de Educação que fiscalizasse todos os graus de ensino; a presença das

disciplinas de educação moral e política nos currículos escolares (para desenvolver o espírito ético e patriótico). Porque abria novas possibilidades de ingresso na escola, aliadas aos benefícios e direitos concedidos pelo Governo à classe trabalhadora, este modelo imposto de educação foi muito bem aceito.

Já a Constituição de 1937 defendia ideias fascistas e ditatoriais. Ela oficializou a dualidade do sistema escolar, oferecendo ensino secundário para os que pretendiam cursar o ensino superior e ensino profissionalizante para os que tinham necessidade imediata de ingressar no mercado de trabalho. Estabelecia a obrigatoriedade de se criarem escolas nas indústrias e sindicatos para os filhos dos operários.

Veja que através da educação, de forma sutil, o governo evitava a mobilidade social, garantindo a manutenção do *statu quo* dos grupos dirigentes, além de atenderem às necessidades das empresas particulares, disponibilizando uma quantidade elevada de mão-de-obra. É importante citar que esta Constituição permaneceu defendendo a gratuidade e obrigatoriedade do ensino primário. Estabeleceu também a criação da União Nacional dos Estudantes – UNE e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP.

Em 1942, o Ministro Gustavo Capanema criou vários decretos-lei visando organizar a educação, denominadas de Leis Orgânicas do Ensino. As propostas centralizaram-se na reestruturação do currículo do ensino industrial (Decreto no. 4.073/1942), secundário (Decreto no. 4.244/1942), comercial (Decreto no. 6.141/1943), normal (Decreto no. 8.530/1946) e agrícola (Decreto no. 9.613/1946). Houve modificação também nos ciclos de estudo (Decreto no. 4.244/1942). Observe no quadro a seguir a organização do ensino nesta época:

					ENSINO SUPERIOR
ENSINO PROFISSIONALIZANTE					ENSINO SECUNDÁRIO
DURAÇÃO	Industrial	Comercial	Normal	Agrícola	(clássico ou científico)
3 Anos	Técnico				Colegial
4 Anos	Básico				Ginasial
5 Anos	Primário				

Quadro 1 - Organização do ensino no período do Estado Novo

É importante observar que outros decretos pertinentes à Reforma Capanema foram aprovados. Entre eles, o que cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial -SENAI (Decreto no. 4.048/1942). A Reforma Capanema permaneceu em

vigor até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – Lei no. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

O modelo educacional proposto no governo de Getúlio Vargas tinha a pretensão de apaziguar a relação conflitante entre as classes empresarial e operária, através da oferta de dois tipos de ensino: um para a formação de condutores do povo e outro para transformar os trabalhadores em seres passivos.



COMPLEMENTO

E agora... A indicação de filmes sobre o assunto estudado!

TEMPOS MODERNOS (Modern Times, EUA 1936) Direção: Charles Chaplin

Trata-se do último filme mudo de Chaplin, que focaliza a vida urbana nos Estados Unidos nos anos 30, imediatamente após a crise de 1929, quando a depressão atingiu toda sociedade norte-americana, levando grande parte da população ao desemprego e à fome. O filme focaliza a vida do operário na sociedade industrial caracterizada pela produção com base no sistema de linha de montagem e especialização do trabalho. É uma crítica à “modernidade” e ao capitalismo representado pelo modelo de industrialização, em que o operário é engolido pelo poder do capital e perseguido por suas ideias “subversivas”.

Fonte: www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=181

ABRIL DESPEDAÇADO (Origem/Ano: BRA-FRA-SWI/2001)

Direção: Walter Salles

Abril 1910: na geografia desértica do sertão brasileiro, uma camisa manchada de sangue balança com o vento. Tonho, filho do meio da família Breves, é impelido pelo pai a vingar a morte do seu irmão mais velho, vítima de uma luta ancestral entre famílias pela posse da terra. Se cumprir sua missão, Tonho sabe que sua vida ficará partida em dois: os 20 anos que ele já viveu, e o pouco tempo que lhe restará para viver. Ele será então perseguido por um membro da família rival, como dita o código da vingança da região. Angustiado pela perspectiva da morte e instigado pelo seu irmão menor, Pacu, Tonho começa a questionar a lógica da violência e da tradição. É quando dois artistas de um pequeno circo itinerante cruzam o seu caminho...

Fonte: <https://vlaney1.jusbrasil.com.br/artigos/417333060/resenha-do-filme-abril-despedacado>

O QU4TRILHO (Origem/Ano: BRA/2005)

Direção: Fábio Barreto

Baseado no romance de José Clemente Pozenato, “O QU4TRILHO” conta a história da relação de dois jovens casais de imigrantes. Quatrilho é o nome de um jogo de cartas em que os participantes precisam trair seus parceiros para se sagrarem vencedores. O filme narra a saga dos imigrantes italianos entre as décadas de 1910 e 1930.

Fonte: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-13347/>

AULA 5

República Nova

Dando continuidade ao processo histórico da educação brasileira, iremos estudar agora sobre o apogeu e a queda da República Nova, notadamente no período de 1946 a 1964 – momento que antecede a instauração do Regime de Ditadura Militar.

Você terá oportunidade de conhecer os presidentes e as propostas de governo, dentre elas a educacional.

Há um dado educacional muito importante presente nesta aula que merece destaque: em 1961 foi promulgada a nossa primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) após 13 anos de tramitação!

Vamos iniciar então a leitura?

Objetivos

- Conhecer os aspectos políticos e econômicos brasileiros no período de 1946 a 1964
- Estudar os fatores que antecederam o período da ditadura militar no Brasil
- Fazer uma análise crítica dos governos de 1946 a 1964, identificando os pontos positivos e negativos de cada um deles
- Estabelecer relação com os fatos que ocorreram neste período com o momento que estamos vivenciando

TÓPICO 1

República Nova (1946 A 1964)

OBJETIVO

- Descrever o período da República Nova

Vimos na aula anterior que Getúlio Vargas assumiu a Presidência da República de 1930 a 1945, com o apoio da classe média, profissionais liberais, militares e burguesia industrial e agrária. Durante este período, foram promulgadas duas Constituições; a de 1934 e a de 1937. Esta última legitimava o regime ditatorial implantado por Vargas, após o golpe de Estado.

Foi adotado o modelo político e econômico nacional desenvolvimentista com base na industrialização, executado principalmente através de medidas populistas. Os operários foram beneficiados com a criação de direitos, órgãos e instituições trabalhistas. Também foi criada a Justiça Eleitoral e foi concedido o direito de voto à mulher.

A educação tornou-se obrigatória e gratuita para os alunos do primário. A partir daí, o ensino assumia característica dualista, isto é, para os que queriam cursar a faculdade, era oferecido o ensino secundário; para os que objetivavam emprego imediato, o ensino era profissionalizante. A preocupação com o ensino técnico-profissionalizante favoreceu o surgimento do SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. As universidades também foram criadas neste período. Contudo, o investimento na educação concentrou-se principalmente no sul e sudeste do Brasil, o que aumentou as desigualdades regionais.

A ditadura Vargas apresentou fragilidade principalmente após a Segunda Guerra, porque apoiou os Aliados, que defendiam a democracia. Pressionado

por estes países e pelos grupos internos inconformados com o autoritarismo, que aplicava censura e represálias às pessoas que se colocavam contra o governo, Getúlio deixou o Palácio do Catete em 1945, deposto pelos militares.

Não resta dúvida de que, nesta época, houve uma melhoria considerável nos índices de analfabetismo do país, mas o ensino continuou apresentando caráter reprodutor, elitista e desprovido de iniciativa científica, o que permitiu a entrada de teorias e tecnologias estrangeiras nos governos seguintes.

Esta relação contrariava a intenção de Vargas, uma vez que ele se propunha a ampliar e fortalecer a indústria nacional, para tornar o país independente do capital internacional.

Vamos ver agora os aspectos econômicos e políticos da história do Brasil, no período de

1945 a 1964, para que possamos compreender a importância da educação neste contexto.

A PRESIDÊNCIA DO GENERAL EURICO GASPAS DUTRA (1946-1950)

O General Eurico Gaspar Dutra foi um dos responsáveis pela saída de Getúlio do poder. Elegeu-se pela coligação do Partido Social Democrata (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), assumindo a presidência em 1946.

Neste mesmo ano, promulgou a nossa 5ª Constituição, de caráter liberal e democrático, proibindo a censura e a pena de morte; concedeu autonomia aos estados e municípios; restabeleceu a independência e harmonia entre os três poderes; e determinou eleição direta para Presidente, Deputados e Senadores.

Os primeiros anos de governo foram caracterizados pelo aumento da inflação, decorrente principalmente de gastos com produtos supérfluos (consta inclusive a compra de aparelhos de televisão, mesmo sem haver emissoras no Brasil), importados

Fonte: www.sua pesquisa.com



Figura 1: Operários em frente a uma indústria paulista do final do século XIX

Fonte: www.wiki pedia.org



Figura 2: General Eurico Gaspar Dutra

principalmente dos Estados Unidos, consumindo os saldos que havíamos acumulado com as exportações realizadas no período da 2ª Guerra Mundial.

O Brasil tinha estreitado relações com os Estados Unidos, chegando a receber a visita do Presidente norte-americano Harry Truman, em 1947. Neste mesmo ano, o presidente Dutra rompeu oficialmente o contato com a União Soviética (URSS) e ordenou o fechamento do Partido Comunista do Brasil (PCB), cassando o mandato dos políticos filiados.

Surgiram nesta época muitos bancos, indústrias e fábricas estrangeiras fantasma, que vendiam títulos e ações sem valor, aproveitando-se da ausência de controle e fiscalização governamental. Diante desta situação, a partir de 1948, a importação de bens e serviços só era possível com prévia autorização do governo. Esta medida favoreceu o crescimento da produção nacional e incentivou a exportação, ocasionando a elevação do saldo na balança comercial, em 1950.

Durante seu mandato, Dutra elaborou o primeiro plano global nacional, conhecido como Plano SALTE – Saúde, Alimentação, Transporte e Energia; pavimentou a Rodovia Rio-São Paulo (Via Dutra); e criou a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), explorando os recursos naturais da Cachoeira de Paulo Afonso.

A PRESIDÊNCIA DE GETÚLIO VARGAS (1950 - 1954)

Getúlio Vargas foi eleito novamente presidente, em 1950, indicado pela coligação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo Partido Social Progressista (PSP).

Durante seu mandato, Vargas elaborou um Plano Nacional de Reparcelamento Econômico denominado LAFER, financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE (criado em 1951). Fundamentado em ideais nacionalistas, priorizava investimentos nas indústrias de base, principalmente nas siderúrgicas e petroquímicas, bem como visava desenvolver os setores de transporte, energia e tecnologia agrícola. Criou o Instituto Brasileiro do Café (IBC), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o seguro agrário e a Carteira do Comércio Exterior (CACEX).

Outra decisão de caráter nacionalista foi a criação, em 1953, da empresa petrolífera Petrobrás, que teria o monopólio da perfuração e refinarias de petróleo em solo brasileiro. Foi a partir deste fato que originou-se o lema O petróleo é nosso.



Figura 3: Getúlio Dornelles Vargas

Fonte: www.wikipedia.org

Getúlio também regulamentou a lei sobre crimes contra a economia popular e limitou a remessa de lucros das empresas estrangeiras para o exterior.

Com estas restrições, limitando a entrada de capital de outros países, houve uma forte reação de oposição a Vargas, por parte de grupos empresariais internacionais. Eles aliaram-se a outros segmentos da nossa sociedade e, sob a liderança de Carlos Lacerda, procederam a uma série de acusações relativas à prática de corrupção realizada por membros da presidência. Instaurou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apurou um dos casos mais graves, que dizia respeito ao pagamento de propina ao jornal Última Hora, em troca de reportagens apoiando o governo.

Getúlio se defendia justificando que as acusações feitas eram resultado de um plano para prejudicá-lo e, assim, permitir que as empresas estrangeiras tivessem livre acesso ao mercado nacional para obtenção de lucros, comprometendo o desenvolvimento do país.

Em 1954, Vargas gerou outro fato polêmico, aumentando em 100% o salário mínimo, fortalecendo o apoio e simpatia dos trabalhadores. Contudo, provocou reação contrária dos militares, que promoveram um protesto público, denominado de Manifesto dos Coronéis.

Em 5 de agosto de 1954, houve um atentado na Rua dos Toneleiros contra Carlos Lacerda, que foi atingido com um tiro no pé. O major da aeronáutica Rubens Vaz, que o acompanhava, não teve a mesma sorte e morreu no local. Após as investigações, chegou-se à conclusão de que o crime havia sido planejado por Gregório Fortunato, da segurança pessoal de Getúlio Vargas.

Todos estes fatores provocaram uma crise política que levou Getúlio Vargas a cometer suicídio em 24 de agosto de 1954. Ele deixou uma carta-testamento que foi apresentada na forma manuscrita e datilografada.

O vice-presidente assumiu o mandato até as eleições de 1955.

TÓPICO 2

Crise do Nacionalismo

OBJETIVO

- Descrever o contexto sócio-político brasileiro do período que antecedeu a ditadura militar de 1964

Agora você verá como a entrada do capital internacional nos tornará cada vez mais dependentes.

GOVERNO DE JUSCELINO KUBITSCHKEK (1956-1961)

Em 1955, Juscelino Kubitschek elegeu-se presidente e João Goulart (Jango), vice-presidente. Baseado numa política denominada desenvolvimentismo, elaborou o Plano de Metas – “Cinquenta anos de progresso em cinco de governo” – que consistia em desenvolver principalmente aspectos relativos à infra-estrutura, como a criação de indústrias, rodovias, hidrelétricas e aeroportos. As ações deste governo não priorizavam, pois, o setor agrário.

Juscelino permitiu a entrada do capital internacional, através das multinacionais, como a Ford, Volkswagen, Willys e General Motors (GM), que se localizaram no sudeste, nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e região do ABC paulista (Santo André, São Bernardo e São Caetano). Estas empresas eram isentas do pagamento de impostos, mediante a associação com o capital nacional. Assim, através deste capitalismo “associado”, o Brasil foi se tornando, politicamente e economicamente, cada vez mais dependente.

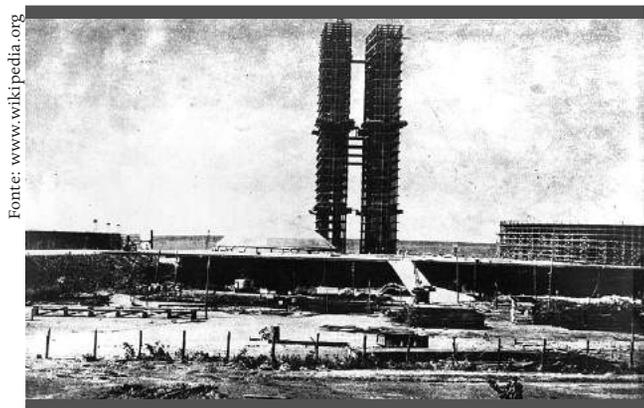
Estas indústrias ampliaram a oferta de emprego, ocasionando um fenômeno conhecido como Êxodo, provocando a saída de muitos nordestinos para a região sudeste, já que eles não dispunham de condições para trabalhar na agricultura, menosprezada pela política econômica da época.



Figura 4: Juscelino Kubitschek

Fonte: www.wikipedia.org

As principais criações deste governo foram o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), com recursos financiados pelo FMI (US\$ 47,7 milhões); o Conselho Nacional de Energia Nuclear; a construção das barragens de Furnas e Três Marias para a obtenção de energia elétrica; o Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval (Geicon); o Ministério das Minas e Energia, instalado apenas no governo seguinte; a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).



Fonte: www.wikipedia.org

Figura 5: Construção de Brasília: a principal obra do governo JK

A construção de Brasília foi a principal obra do governo de Juscelino, concretizada por intermédio de volumosos empréstimos ao FMI. Foi planejada pelo arquiteto Oscar Niemayer e pelo urbanista Lúcio Costa e inaugurada em 21 de abril de 1960. A transferência da capital do Brasil do Rio de Janeiro para Brasília tinha o objetivo de povoar e desenvolver a região centro-oeste, bem como afastar o poder central das manifestações públicas.

A falta de investimentos no setor agrícola, as elevadas quantidades de empréstimo, as taxas e seguros cobrados sobre os produtos importados e o envio dos lucros das empresas estrangeiras para o exterior foram as principais causas de desequilíbrio financeiro no Brasil.

Uma das conseqüências mais graves da aplicação deste modelo político e econômico foi o aumento da inflação. Este governo gerou conflito entre grupos defensores do desenvolvimento da indústria nacional e os que queriam ampliar o poderio das empresas estrangeiras.

É possível destacar pontos positivos e negativos na política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. Por uma lado, a entrada de capital estrangeiro, com a chegada das multinacionais, gerou mais empregos. Por outro lado, deixou o país mais dependente de capital externo. Além disso, o incremento da indústria se deu em detrimento do desenvolvimento agrário. Some-se tudo isso ao fato de apesar de o país ter ganhado uma nova capital, a construção de Brasília aumentou a dívida externa e provocou a migração e o êxodo rural descontrolados, o que fez aumentar a pobreza e a violência nas grandes capitais da região sudeste.

JÂNIO QUADROS (1961-1961)

Jânio Quadros, candidato da União Democrática Nacional (UDN), foi eleito e assumiu a presidência em 1961. Utilizou a vassoura como símbolo da política que pretendia desenvolver, varrendo os corruptos do poder.

Com o país apresentando elevada inflação, baixos salários e endividamento externo, Jânio implantou medidas anti-inflacionárias, reduzindo as importações, incentivando as exportações e congelando os salários. Mas estas tentativas não foram suficientes para solucionar os problemas gerados pelos governos anteriores.

Alegando o uso de uma política independente e neutra, procurou aumentar as exportações, através da conquista de outros mercados internacionais, inclusive os socialistas, como a União Soviética (URSS). Este posicionamento de suposta neutralidade gerou desconfiança interna (Congresso Nacional e Imprensa) e externa (principalmente dos Estados Unidos), e agravou-se quando Jânio concedeu a Ordem do Cruzeiro do Sul a Che Guevara, líder da Revolução Cubana.

As suspeitas se acentuaram quando Carlos Lacerda, da UDN, declarou publicamente que o presidente pretendia aliar-se aos comunistas e dar um golpe de Estado. Sem apoio, com apenas sete meses no poder, Jânio renuncia em 25 de agosto de 1961, alegando pressões de grupos ambiciosos, inclusive estrangeiros, que chamou de Forças ocultas. Este ato produziu uma crise política e militar porque um grupo defendia que, por direito, o vice presidente João Goulart deveria assumir o poder, mas outros (inclusive integrantes do partido liderado por Carlos Lacerda), manifestavam a preocupação com o seu envolvimento com grupos de esquerda, “anti-americanos”.

JOÃO GOULART (1961 – 1964)

Com medo de uma possível guerra civil, o Congresso promulgou o Ato Adicional de 1961 e instituiu a República Parlamentarista no Brasil. João Goulart assumiu, então, a presidência em 7 de setembro de 1961, com poderes políticos limitados.

O parlamentarismo vigorou de setembro de 1961 a janeiro de 1963, quando através de um plebiscito foi restaurado o presidencialismo.

Durante o governo, João Goulart procurou aproximação com diferentes partidos políticos, com o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União

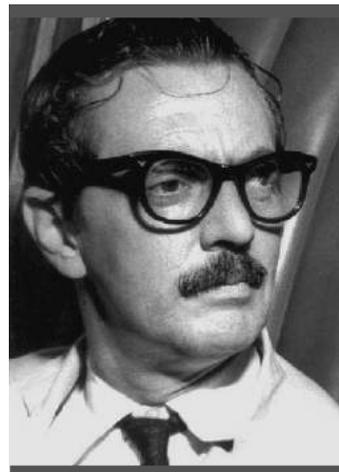


Figura 6: Jânio Quadros

Fonte: www.wikipédia.org



Figura 7: Medalha da Ordem Nacional

Fonte: www.bcb.gov.br

Nacional dos Estudantes (UNE) e com socialistas e comunistas. Procurou resgatar o nacionalismo, elaborando um plano de contenção inflacionária e de crescimento econômico denominado Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. Impossibilitado de conter a inflação, agravada pelo aumento salarial imposto pelo funcionalismo público, o governo criou o Programa de Reformas de Base, que previa reformas nos setores agrário administrativo, bancário e fiscal.

Fonte: www.wiki.pedia.org



Figura 8: João Goulart

A proposta de nacionalização das empresas estrangeiras, a Lei de Remessa de Lucros (regulamentando a saída dos lucros das multinacionais) e a criação da Superintendência Nacional de Abastecimento – SUNAB (órgão de fiscalização e controle de preços) provocaram reação de desagrado nos grupos de empresários que se beneficiavam com o comércio imperialista Norte-Americano. Outros opositores ao governo eram os latifundiários, que temiam a reforma agrária; os militares, que lutavam contra as ideias comunistas; e os partidos UDN e o PSD, que queriam tomar o poder.

Desencadearam-se greves e manifestações populares, reivindicando mudanças radicais na estrutura política, social e econômica do país. Cobravam uma atitude do governo, concretizando o rompimento com o domínio do capital internacional, cumprimento da reforma agrária, redução da taxa de inflação, reajuste salarial, melhoria das condições de trabalho e maior oferta de emprego.

Com o propósito de conter a agitação crescente do povo, evitar uma guerra civil, restabelecer a ordem e evitar a instauração de um governo comunista, foi realizado um movimento político-militar que depôs João Goulart da Presidência, em 31 de março de 1964.



ATENÇÃO!

República Parlamentarista é o regime político em que o Poder Executivo é exercido pelo Primeiro Ministro e não pelo Presidente

TÓPICO 3

A Educação Nacional

OBJETIVO

- Analisar a educação brasileira no período de 1946 a 1964

Em 1946, foi promulgada a nossa 5ª Constituição, com ideias liberais e democráticas. Defendia a educação como direito de todos, condição expressa no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, concedia à União a responsabilidade sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabelecia a obrigatoriedade do ensino primário. O nível médio continuou dual, oferecendo ensino secundário de cunho acadêmico e ensino técnico, com característica utilitária. Ambos voltados para o conhecimento empírico, em detrimento do aprendizado científico. Neste mesmo ano, no governo Dutra, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

Havia ainda neste período a predominância de escolas particulares, em sua maioria, confessionais, dirigidas pela Igreja Católica.

Durante o primeiro ano de presidência (1951), Vargas criou o Conselho Nacional de Pesquisa (CNP) e a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); e em 1954 surgiu a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES). O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais originou-se em 1955, na presidência de Juscelino Kubitschek.

Este era o tipo de investimento realizado na educação. Havia, portanto, um aumento pouco significativo de instituições pedagógicas. Não havia estudos e projetos visando à melhoria qualitativa do ensino, que continuava seletivo e excludente. Esta situação se explica, em parte, pelo descumprimento do repasse integral da verba destinada à educação, prevista pela Constituição.

Em 1948, o Ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani, encaminhou à Câmara o primeiro Projeto de Lei de reforma geral da educação nacional, elaborado por três comissões (Ensino Primário, Ensino Médio e Ensino Superior) coordenadas pelo educador Lourenço Filho. Este projeto ficou 13 anos em tramitação. A Lei foi sancionada apenas em 20 de dezembro de 1961. Sobre o longo período, Ribeiro (1984, p. 135) comenta que

Até 1952, o projeto não passou do exame das comissões parlamentares; de 1952 a 1958, transcorre uma fase de debates sobre a interpretação do texto constitucional e, de 1958 a 1961, transcorre uma segunda fase de debates no plenário da Câmara, iniciada a partir da apresentação de um substitutivo do então deputado Carlos Lacerda.

Foram realizadas muitas discussões sobre o projeto. O grupo dos adeptos da teoria francesa da Escola Nova defendia a descentralização do ensino, como condição para a criação de classes experimentais, favorecendo a renovação e adequação de métodos e técnicas pedagógicas às características regionais e individuais. A Igreja também defendia esta posição, ressaltando que o indivíduo e a família tinham direito à liberdade, previsto pela Constituição. Eles temiam a centralização, porque ela permitiria a definição e imposição de currículos, programas e metodologia educacionais pelo governo federal.

Os que defendiam a centralização do ensino alertavam para o risco de descontrole provocado pela diversidade da prática educativa e propunham ao Estado a responsabilidade de ofertar ensino laico e gratuito.

Em 1957, o Deputado Carlos Lacerda apresentou um substitutivo ao Projeto. O texto enfatizava o direito que as pessoas tinham de escolher o tipo de escola que queriam frequentar. Esta pretensa liberdade escondia as intenções de favorecer as escolas particulares que, em alguns casos, poderiam se beneficiar com recursos públicos. A Igreja reforçava esta posição, justificando que o ensino na escola pública limitava-se ao desenvolvimento da inteligência, sem considerar o aluno integralmente. Argumentava também que estas instituições educacionais eram defendidas por socialistas e comunistas, ligados a partidos radicais de esquerda, anti-cristãos e anti-patrióticos.

Em 1961, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no. 4.024/61 - com ideais de liberdade, nacionalismo, democracia e solidariedade internacional-, cujo 1º artigo reproduzimos a seguir:

Dos fins da educação

Art. 1º. – A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos grupos que compõem a comunidade;
- b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e sua participação na obra do bem comum;
- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
- f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;
- g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou raça.

Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm

A Lei privilegiou os estabelecimentos de ensino particulares, omitindo o dever do Estado de disponibilizar ensino gratuito, previsto pela Constituição de 1946. Estabeleceu também o princípio da equivalência para os cursos do ensino médio (secundário e técnico), com articulação horizontal (possibilidade de mobilidade entre os cursos) e vertical (acesso ao ensino superior mediante aprovação em exame vestibular). Determinou também a organização e composição do currículo com disciplinas obrigatórias e disciplinas obrigatórias complementares definidas pelo Conselho Federal de Educação; e disciplinas optativas, indicadas pelos Conselhos Estaduais de Educação. Muitos estabelecimentos de ensino ofertavam disciplinas do curso profissionalizante como optativas, entre elas as artes industriais, técnicas agrícolas e técnicas comerciais. Veja que a flexibilidade e a escolha das disciplinas eram realizadas, na prática, pelos órgãos competentes, sem considerar as peculiaridades das escolas e dos alunos, previstas



ATENÇÃO!

O artigo 9º. da Lei 4.024/61 estabelecia a criação do Conselho Federal de Educação (substituindo o Conselho Nacional de Educação) e o Conselho Estadual de Educação.

pela LDB.

Pré-escola	3 anos	De 4 a 6 anos
Escola primária obrigatória	4 anos	De 7 a 10 anos
Reforma Carlos Maximiliano	4 anos	De 11 a 14 anos
Ginásio (secundário, comercial industrial, agrícola e normal)	3 anos	De 15 a 17 anos
Ensino Superior	variável	Após 18 anos

Quadro 1 - Estrutura do ensino segundo a LDB no. 4.024/61

A estrutura do ensino ficou definida legalmente da seguinte forma:

Apesar de constar em Lei, o pré-escolar não era obrigatório e poucas escolas ofereciam este nível de ensino.

Esta Lei proporcionou melhorias qualitativas principalmente para o ensino primário, definindo qualificação mínima para os professores e ampliando o número de escolas normais.

Apesar de atender aos interesses do mercado internacional, priorizando o ensino humanístico sobre o científico (para evitar concorrência na área tecnológica), e valorizando o ensino particular em detrimento do público, a Lei previa o acesso à educação formal. As pessoas, por sua vez, procuravam se informar sobre seus direitos e pressionavam para que ela se cumprisse. Era o despertar sobre a importância da aquisição do conhecimento sistematicamente elaborado, para uma maior compreensão do processo produtivo, para o crescimento profissional e melhoria salarial. Esta consciência da classe trabalhadora incomodava a classe dirigente.

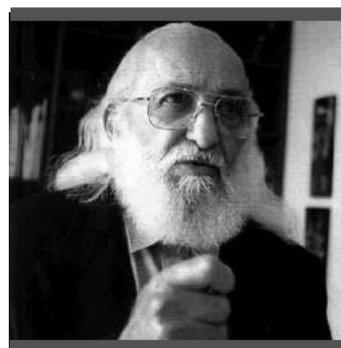
E a elite dirigente sentiu-se ainda mais ameaçada com o surgimento, na década de 60, de projetos que se destinavam a valorizar a cultura e promover a alfabetização de adultos, uma vez que, escolarizadas, as pessoas das classes menos favorecidas poderiam participar mais ativamente das questões políticas e econômicas nacionais. Eram conhecidos como Movimentos de Educação Popular. Entre eles destacaram-se os Centros Populares de Cultura (CPC), os Movimentos de Cultura Popular (MCP) e o Movimento de Educação de Base (MEB).

Os Centros Populares de Cultura (CPC) eram vinculados à União Nacional dos Estudantes (UNE) e utilizavam a arte - principalmente o teatro de rua - para desenvolver o senso crítico das pessoas, visando à transformação social.

Os Movimentos de Cultura Popular (MCP) surgiram em Recife e procuravam, através do resgate dos valores culturais regionais, promover a alfabetização de adultos, socializando saberes através do diálogo. Trabalho semelhante ocorreu no Rio Grande

do Norte, através da campanha “De pé no chão também se aprende a ler”.

O Movimento de Educação de Base (MEB) era ligado à Igreja Católica e suas atividades ficavam sob a responsabilidade da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Desenvolvia um projeto de alfabetização baseado na comunicação, objetivando conscientizar o povo para promover mudanças e melhorias na sua condição de trabalho.



Fonte: www.ufmg.br

Figura 9: Paulo Freire

Em 1962, o pernambucano Paulo Freire desenvolveu, na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, um método para alfabetizar adultos em 40 horas. Este trabalho foi publicado no livro *Educação como prática de liberdade*. A elaboração e execução deste processo de ensino e aprendizagem consistia

Como primeira fase, (...) no levantamento do universo vocabular dos grupos com quem se ia trabalhar; como segunda fase, na escolha das palavras selecionadas no universo vocabular pesquisado; como terceira fase, na criação de situações existenciais típicas do referido grupo; como quarta fase, na elaboração de fichas-roteiro que auxiliassem os coordenadores e, como quinta fase, na leitura de fichas com a decomposição das famílias fonêmicas correspondente aos vocábulos geradores.

(RIBEIRO, 1984, p. 157)

Em 21 de janeiro de 1964, o governo, inspirado pelo resultado positivo deste trabalho pedagógico, criou o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), utilizando o método Paulo Freire.

Estas atividades concretizavam propostas educacionais coerentes com a necessidade do povo brasileiro, rompendo com o ciclo de importação de ideias pedagógicas. Esta forma de pensar se contrapõe à dos defensores dos ideais da Escola Nova (“otimismo pedagógico”). Na verdade, estes movimentos de educação popular buscavam reverter, na prática, a proposta elitista da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Este trabalho foi interrompido pelo golpe militar de 1964, sob a alegação de que era subversivo, comunista.

Outro fato marcante deste período, que precisa ser mencionado, diz respeito à reforma do ensino universitário promovida na Universidade de Brasília, que se posicionou contra o modelo universitário importado, o qual privilegiava a ciência e cultura estrangeiras. As mudanças propostas priorizavam o aprofundamento de estudos da realidade brasileira, visando à criação de teorias e tecnologia nacional.

AULA 6

Da Ditadura Militar à Atualidade

Caro aluno(a), diante do que vimos no decorrer desta disciplina, você está compreendendo melhor como a educação brasileira vem se transformando ao longo dos anos e que ela resulta de um processo histórico e cultural?

Na aula 5, tivemos a oportunidade de estudar o período da República Nova e os fatores que propiciaram a transição/ruptura para uma nova forma de governo: a Ditadura Militar de 64.

Agora, continuaremos nossa viagem no tempo, de 1964 até os dias atuais! Vamos ver quantas mudanças sociais, políticas, econômicas e educacionais ocorreram nesses anos!

Espero que você perceba que a história é feita por homens e que a participação de cada um e de todos nós é fundamental na construção de um mundo melhor, mais humano, justo e verdadeiramente democrático.

Objetivos

- Estudar os aspectos políticos e econômicos do período da Ditadura Militar
- Conhecer o aparato legal – Constituição, emenda constitucional, atos institucionais e as leis de ensino – que deram amparo às ações autoritárias do Regime Militar
- Analisar aspectos políticos, econômicos e educacionais de cada governo, no período de 1985 a 2012
- Estudar as mudanças na sociedade brasileira que contribuíram para a criação da atual Constituição (1988) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº. 9394/96
- Conhecer os Programas Educacionais gerados durante este período

TÓPICO 1

A Ditadura Militar (1964 - 1985)

OBJETIVO

- Descrever os governos do período da Ditadura militar

Na aula cinco, vimos o período anterior ao golpe militar ocorrido em 1964. Neste tópico, descreveremos o conturbado período da Ditadura militar a que o Brasil foi submetido durante vários anos.

Uma das marcas da ditadura foi a perseguição implacável àqueles que se opunham ao governo dos militares. O povo manifestava seu descontentamento com o regime de diversas maneiras. Uma das formas de protestar e de fazer denúncias era a música. Veja a seguir uma canção que se transformou em hino contra a ditadura.

PRA NÃO DIZER QUE NÃO FALEI DAS FLORES

Caminhando e cantando e seguindo a canção

Somos todos iguais braços dados ou não

Nas escolas, nas ruas, campos, construções

Caminhando e cantando e seguindo a canção

Vem, vamos embora que esperar não é saber

Quem sabe faz a hora não espera acontecer

Vem, vamos embora que esperar não é saber

Quem sabe faz a hora não espera acontecer

Pelos campos a fome em grandes plantações

Pelas ruas marchando indecisos cordões

Ainda fazem da flor seu mais forte refrão
E acreditam nas flores vencendo o canhão

Há soldados armados, amados ou não
Quase todos perdidos de armas na mão
Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição
De morrer pela pátria e viver sem razão

Nas escolas, nas ruas, campos, construções
Somos todos soldados armados ou não
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Somos todos iguais braços dados ou não

Os amores na mente, as flores no chão
A certeza na frente, a história na mão
Caminhando e cantando e seguindo a canção
Aprendendo e ensinando uma nova lição

GERALDO VANDRÉ

Vimos na aula anterior, que o presidente João Goulart (Jango) vinha defendendo reformas de base, propondo modificações nos setores agrário, econômico e educacional. No seu governo, surgiram muitas organizações populares e manifestações políticas e culturais de trabalhadores, estudantes, artistas e intelectuais que denunciavam a exploração da classe operária pela elite dirigente, acentuada pela entrada do capital internacional.

Grupos conservadores, como os militares, empresários, banqueiros, Igreja, classe média, multinacionais e partidos políticos (UDN e PSD), responsabilizaram o presidente pelos problemas brasileiros e, com receio da implantação de um governo comunista, apoiaram o golpe de estado em 31 de março de 1964. Iniciou-se, então, o período de Ditadura militar (que perdurou até 1985), caracterizado por um governo centralizado, autoritário e antidemocrático. Esse governo restabeleceu a ordem através de dispositivos legais, da censura e da forte repressão e perseguição política.

Ato Institucional: Ato normativo emitido pelo poder executivo.

Logo depois que os militares tomaram o poder, estabeleceu-se o AI-1. Esse Ato Institucional continha 11 artigos que, entre outras imposições, concedia ao governo militar poderes para alterar a Constituição; cassar mandatos de senadores, deputados e vereadores; suspender direitos políticos por 10 anos e demitir, colocar em disponibilidade ou aposentar compulsoriamente qualquer pessoa que atentasse contra a segurança do país, o “regime democrático” e a “probidade da administração pública”. O AI-1 também determinava eleições indiretas para a Presidência da República.

Durante a Ditadura militar, verificou-se a modernização da indústria, o investimento em máquinas e equipamentos, financiados pelo capital estrangeiro, aumentando rapidamente a nossa dívida externa. Acrescente-se a este cenário a entrada numerosa de empresas estrangeiras, que usufruíam de incentivos fiscais e exploravam a nossa mão-de-obra barata.



Figura 1: Movimento contra a ditadura

GOVERNO DE CASTELLO BRANCO (1964 – 1967)

O Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, cearense, chefe do Estado Maior do Exército, foi eleito de forma indireta, pelo Congresso Nacional, como estabelecia o Ato Institucional nº1 (AI-1).

Foi elaborado um Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), responsável pela melhoria quantitativa e qualitativa das indústrias e comércio nacionais e internacionais.

Extinguiram-se todos os partidos conhecidos. Eles foram substituídos pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de direita e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição. A criação dos partidos consistiu numa estratégia ideológica a fim de minimizar para o povo o caráter ditatorial do governo. Esta afirmação é comprovada com a criação, neste período, do Serviço Nacional de Informações (SNI), que contradiz a



Figura 2: Castello Branco

Fonte: www.wikipedia.org

“democracia” defendida no discurso político dos militares.

Neste período, foram criados ainda outros órgãos públicos. Entre eles estavam o Banco Central da República; o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA); a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR); o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e o Banco Nacional de Habitação (BNH) – que deveria construir casas populares com recurso do FGTS. À época foi instituído também o Estatuto da Terra.

Em 1967, foi promulgada a nossa 6ª Constituição, a qual institucionalizava a ditadura militar e estabelecia a manutenção do federalismo, a eleição indireta e mandato de 4 anos para presidente, o direito do poder executivo baixar decretos com força de lei.

GOVERNO DO MARECHAL COSTA E SILVA (1967 – 1969)

O Marechal Artur da Costa e Silva, ex-membro do Alto Comando Revolucionário e Ministro da Guerra, assumiu a presidência em 31 de janeiro de 1967. Criou o Plano Econômico de Desenvolvimento (PED), dando continuidade ao processo iniciado no governo anterior.

Tornou-se conhecido pelo rigor ao combate às greves e manifestações populares - principalmente estudantis (UNE) -, de oposição ao governo, ocorridas em 1968. Havia ações de sequestro e assaltos realizados por guerrilheiros – jovens idealistas inspirados nos movimentos de esquerda da China, Vietnã e Cuba – para conseguir recursos que seriam investidos em armamentos para enfrentar os militares. Diante desta situação, ele resolveu lançar o Ato Institucional nº 5 (AI 5), que negava as garantias constitucionais do Habeas Corpus e concedia amplos poderes ao

Presidente para:

- intervir nos Estados e Municípios;
- cassar os mandatos e suspender direitos políticos;
- demitir ou reformar militares;
- promulgar decretos-lei e atos complementares julgados necessários.

No mesmo dia, lançou o Ato Complementar nº 38, que fechava o Congresso Nacional.

Além disso, o presidente Costa e Silva criou o Fundo de Assistência e Previdência do trabalho Rural (FUNRURAL); o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) e definiu o nome do país como República Federativa do Brasil.

Fonte: www.wikipedia.org



Figura 3: Marechal Costa e Silva

GLOSSÁRIO

Habeas Corpus: é a medida constitucional que garante a liberdade física da pessoa, ou seja, sua liberdade de ir e vir.

O mesmo Presidente deixou o cargo antecipadamente, com sintomas de trombose cerebral e foi substituído por uma junta militar (31/8/1969-30/10/1969), formada pelos ministros da Marinha, Exército e Aeronáutica.

GOVERNO DE EMÍLIO MÉDICI (1969-1974)

O general Emílio Garrastazu Médici foi eleito pela Junta militar em 1969. No mesmo dia da posse, entrou em vigor a Emenda Constitucional de 1969, que ampliava o mandato presidencial para 5 anos; regulamentava a pena de morte para os subversivos; concedia ao presidente o direito de legislar por decreto e estabelecia número proporcional de deputados federais aos de eleitores.

Foi o governo mais radical do período, considerado como “anos de chumbo”. O DOI-CODI (Destacamento de Operações e Informações e Centro de Operações de Defesa Interna) agia de forma severa, prendendo, torturando e matando estudantes, políticos, intelectuais, trabalhadores e artistas que se manifestavam contra o regime.

Neste governo, o crescimento econômico foi tão evidente que foi chamado de “milagre econômico”. O Produto Interno Bruto (PIB) teve crescimento médio anual de 12%. Com empréstimos do exterior, o Brasil aumentou as exportações, ampliou o número de indústrias, construiu rodovias (Transamazônica e Ponte Rio - Niterói), hidrelétricas e aplicou recursos nas regiões Norte e Centro-Oeste. Estes investimentos geraram muitos empregos e beneficiaram principalmente a classe média.

Foram feitas muitas propagandas e músicas, com mensagens ideológicas do governo. Nesta época, os títulos/letras das músicas traziam passagens, como “Brasil: ame-o ou deixe-o”; “Eu te amo meu Brasil, eu te amo, meu coração é verde, amarelo, branco e azul-anil (...) ninguém segura a juventude do Brasil”.

GOVERNO DE ERNESTO GEISEL (1974-1979)

O general Ernesto Geisel foi eleito presidente em 1974, num momento de crise do governo anterior. A alta da inflação, os baixos salários, o aumento acentuado da dívida externa e a recessão mundial geraram insatisfação popular. Caracterizou-se, assim, o fim do milagre econômico.

Geisel mostrou intenção de realizar a abertura política,

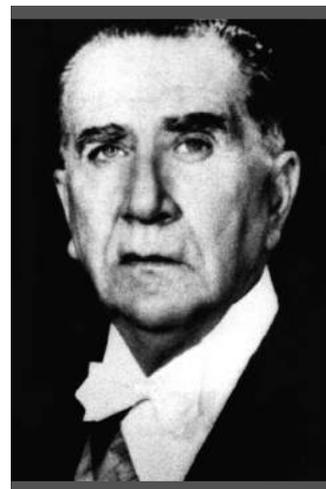


Figura 4: Emílio Médici



Figura 5: Ernesto Geisel

VOCÊ SABIA?

Os Presidentes Castello Branco, Médici e Geisel participaram do Movimento Tenentista da década de 30.



visando ao retorno de um governo democrático, cuja instalação se daria de forma lenta e progressiva. Mas, em 1976, lançou a Lei Falcão, que impedia discursos de candidatos no rádio e televisão. Era permitido apenas mostrar sua foto e número para votação. Lançou o “pacote de abril”, em 1977, estendendo o mandato de presidente para 6 anos e determinando eleições indiretas para governadores e senadores.

Muitas organizações e sindicatos começaram a manifestar seu descontentamento com o governo e apresentaram propostas em defesa da liberdade e justiça. Começaram a surgir greves, assembleias e passeatas. A oposição também crescia no Congresso Nacional.

Durante o governo Geisel, foi construída a hidrelétrica de Itaipu, criado o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) e iniciada a implantação de usinas nucleares no Brasil. Um ano antes de sair, Geisel extinguiu o AI 5 e restaurou o Habeas-Corpus.

GOVERNO DE JOÃO BATISTA FIGUEIREDO (1979-1985)

Em 1978, o general João Baptista Figueiredo, ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), foi eleito presidente pelo MDB, conseguindo 355 votos do Congresso em oposição a 260 votos de seu concorrente.

Decreto a Lei da Anistia, possibilitando o retorno dos brasileiros exilados durante o regime ditatorial. Concedeu também o direito para criação de partidos políticos, mas impediu que se fizessem coligações. A ARENA passou a ser o Partido Democrático Social (PDS) e o MDB tornou-se Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Surgiram também o Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Popular (PP).

Durante esse governo, ocorreram muitas greves por melhoria de salários e condições de trabalho. Grupos de militares radicais reprimiam as manifestações, realizando prisões e destruindo sindicatos. Em 1981, realizou-se a primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), que deu origem à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Era um momento de disputa de forças contraditórias pelo poder, disputa entre grupos conservadores (ligados ao regime militar) e os renovadores (defensores da redemocratização).

Em 1984, houve uma grande mobilização da população brasileira em torno do movimento denominado Diretas Já, que apoiava a aprovação da emenda Dante de Oliveira, a qual defendia eleições diretas para presidente. O Congresso, entretanto, não aprovou esta emenda.

Fonte: www.wikipedia.org



Figura 6: João Batista Figueiredo

TÓPICO 2

A educação brasileira durante a Ditadura Militar

OBJETIVO

- Apresentar as características da política educacional brasileira durante o período da Ditadura militar

A partir de 1964, a educação reduziu-se à prática de transmissão de conhecimentos pelos professores, desprovida de discussão política. O desenvolvimento econômico brasileiro no período da ditadura militar (1964 – 1985) centrou-se na entrada de empresas internacionais e empréstimos de capital estrangeiro.

A educação apresentou características pragmáticas e tecnicistas, para atender as necessidades imediatas do mercado de trabalho, fornecendo principalmente mão-de-obra para as indústrias estrangeiras.

As leis educacionais geradas neste período também apresentavam estes aspectos. Para atingir objetivos imediatos e garantir a segurança nacional, foram criadas várias leis, entre elas a Lei 4.440/68, que extinguiu a União Nacional dos Estudantes (UNE) e criou o salário-educação; a Lei 5.540/68, responsável pela Reforma Universitária; e a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº. 5.692/71.

Neste período, evidenciou-se um crescimento quantitativo das universidades brasileiras. Contudo, elas não conseguiam atender a todos os aprovados nos concursos

GLOSSÁRIO

Pragmática: considera o homem como ser prático, ativo e não apenas como ser pensante.

Tecnicista: tendência pedagógica liberal, de caráter instrumental, em que o professor é o responsável pela criação e execução do planejamento, e o aluno, apenas receptor do conhecimento.

vestibulares. Para resolver este problema, foi criado o vestibular classificatório, que limitava o número de vagas por curso. A Lei 5.540/68 determinava que as universidades desenvolvessem a pesquisa e a formação profissional, através do ensino das ciências, das letras e das artes, atendendo as exigências do modelo desenvolvimentista da época.

A Lei da Reforma Universitária (5.540/68) foi inspirada no Plano Orientador da Universidade de Brasília, organizado por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, e no modelo utilizado nos Estados Unidos. Resultou de reuniões com 5 americanos e 2 brasileiros, selando o acordo entre MEC/USAID. As principais modificações foram a implantação de cursos de curta duração (2 anos), a licenciatura (4 anos) e pós-graduação (Mestrado e Doutorado) entre 2 a 4 anos adicional; implantação dos cursos básicos, sistema de créditos (o que implicava a dissolução dos cursos feitos em classes seriadas e a matrícula por série). (FREITAG, 1986, p. 82)

A reforma universitária brasileira desprezou a participação da comunidade, do corpo docente e discente, ao contrário do que ocorreu nos países da Europa, como França e Alemanha Ocidental. Lá o processo foi democrático; aqui foi ditatorial, autoritário.

A urgência das alterações foi necessária para impedir o envolvimento político dos estudantes nas determinações do governo. Contudo, os alunos poderiam participar de grêmios universitários e diretórios estudantis, devidamente regulamentados e com atividades direcionadas para o aprofundamento de estudos e pesquisa científica. O decreto-lei 4770 atribuía às autoridades educacionais:

O poder de desligar e suspender estudantes envolvidos em atividades que fossem consideradas subversivas, isto é, perigosas para a segurança nacional. Durante o tempo de suspensão (três anos) os estudantes atingidos ficariam impedidos de se matricular em qualquer outra escola de nível superior do país. (FREITAG, 1986, p. 88)

Havia também represálias para os professores e demais funcionários defensores e divulgadores de ideias comunistas, entre elas demissão ou suspensão de suas atividades por cinco anos.

Outras inovações no ensino universitário foram a criação da monitoria; o regime de tempo integral e a dedicação exclusiva para os docentes; o vestibular unificado por regiões e classificatório; e o jubramento, que determinava prazo máximo para o aluno concluir o curso superior.

Durante o curso, os alunos eram convencidos de que a universidade era o principal meio para a ascensão social, conscientizavam-se de que eram privilegiados e acreditavam que haviam conquistado sua vaga exclusivamente por esforço próprio. Não se avaliavam as condições de desigualdade social que impossibilitavam a mobilidade entre classes sociais. As injustiças do sistema não eram investigadas e a culpa do fracasso na educação era do educando.

Em 1971, surgiu a nossa segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a lei 5.692/71, que estabeleceu entre outros pontos que:

Art. 1º: O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692impressao.htm

Estrutura do ensino na LDB nº 5.695/71

Pré-escola	3 anos	De 4 a 6 anos
1º grau (obrigatório)	4 anos	De 7 a 10 anos
2º. Grau	4 anos	De 11 a 14 anos
Ensino Superior	variável	Após 18 anos

Quadro 4- Estrutura do ensino na LDB nº 5.695/71 - Fonte: (VIEIRA, 2002, p.28)

Vejam as inovações fundamentais desta Lei:

1. integrou formação acadêmica (Educação Geral) com formação profissional (Formação Especial), em caráter obrigatório;
2. ofereceu ensino de 1º grau com oito séries e ensino de 2º grau com três ou quatro séries;
3. ampliou obrigatoriedade escolar de 4 para 8 anos (1º grau);
4. institucionalizou o Ensino Supletivo, com os objetivos de oferecer estudo formal para adolescentes e adultos que não concluíram o 1º ou 2º graus, e de oferecer oportunidade de aperfeiçoamento ou atualização através dos cursos profissionalizantes.
5. defendeu os princípios da obrigatoriedade, da gratuidade, da concentração de meios, da descentralização articulada, da integração, da continuidade, da terminalidade e da progressividade.

O princípio da **obrigatoriedade** defendia a permanência do aluno na escola durante as oito séries do 1º grau. Esta garantia previa o aumento de vagas em escolas públicas e também o financiamento de bolsas de estudo, em escolas particulares, oferecidas por empresas industriais, comerciais ou agrícolas, para os trabalhadores e seus filhos. Além disso, estabelecia a necessidade de todos os alunos qualificarem-se para o trabalho, gerando para isso, uma mudança na estrutura curricular. Foram incluídas em caráter obrigatório as disciplinas de Educação Artística, Educação Física, Educação Moral e Cívica, Programas de Saúde e Ensino Religioso. Outra exigência legal foi a presença do Serviço de Orientação Educacional, direcionado para o aconselhamento vocacional, com apoio de pais, professores e comunidade.

Além disso, determinou-se a inclusão de estudos de recuperação para os alunos que tiveram aproveitamento da aprendizagem insuficiente.

O princípio da **gratuidade** estava intimamente ligado ao da obrigatoriedade, estabelecendo a necessidade de ofertar o ensino de 1º grau gratuito para os alunos de 7 a 14 anos de idade. Esta gratuidade poderia ser estendida para o 2º grau, mediante a comprovação da falta de recursos financeiros do estudante.

A **concentração de meios** dizia respeito à utilização de recursos humanos e materiais por mais de um estabelecimento de ensino, permitindo o aproveitamento da capacidade de cada uma para suprir a deficiência da outra. Evitava-se, assim, a duplicidade de meios para o mesmo fim.

A **descentralização articulada** compreendia a unidade curricular, definida por um núcleo comum a todo o território nacional e por uma parte diversificada para atender às peculiaridades regionais.

O princípio da **integração** estabelecia a articulação harmoniosa e sequencial das disciplinas e conteúdos curriculares.

Já a **continuidade** era a característica própria do sistema de seriação, distribuída de forma gradativa: o aluno que concluía uma série teria condições de continuar na série seguinte. Esta sequenciação era organizada em blocos, que davam a condição de conclusão de grau, condição prevista pelo princípio da **terminalidade**, facilitando o ingresso no mercado de trabalho. Assim, muitos alunos adquiriam o curso profissionalizante e se empregavam, reduzindo a pressão para o ingresso no ensino superior.

Finalmente, o princípio da **progressividade** previa a implantação deste novo regime de Lei de forma gradual.

A aplicação da Lei 5.692/71 apresentou problemas por vários motivos, entre os quais estavam a recusa da sociedade em aceitar estudos que privilegiavam o ensino científico sobre o acadêmico; a insuficiência de recursos financeiros, humanos e materiais para o funcionamento adequado dos cursos profissionalizantes; a ausência de informações sobre a necessidade do mercado de trabalho para absorver o egresso da escola; a falta de entrosamento entre escola e empresa; os currículos distantes da realidade vivenciada pelos alunos. A importação deste modelo de ensino americano, resultou em problemas de má qualificação profissional, a qual inviabilizou o atendimento às necessidades políticas e econômicas do Brasil.

Diante destes problemas, em 1982, surgiu a Lei 7.044/82, que substituiu a ideia presente nos objetivos da Lei 5.692/71, de “qualificação para o trabalho” por “preparação para o trabalho”, desobrigando a oferta de cursos profissionalizantes, rompendo com a distinção entre a educação geral e a formação especial e mantendo de forma integrada os núcleos comum e a parte diversificada da estrutura curricular.

Durante o período do regime militar, foram realizadas outras modificações educacionais. Entre elas estava a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF (Decreto-lei 5.379/67), primeira iniciativa governamental brasileira para a erradicação do analfabetismo no país, que visava à qualificação do trabalhador. No MOBRAF, entretanto, aplicou-se de forma inadequada o Método Paulo Freire. A proposta desse educador foi utilizada como prática conservadora, o que tornava impossível concretização dos objetivos do método. Somada a essa situação, houve também muitas denúncias de corrupção, que resultaram na extinção do MOBRAF (substituído pela Fundação Educar). Pregava-se a igualdade de chances de aprendizagem que levassem à melhoria da qualidade de vida das pessoas, mas, na realidade, elas não concorriam com igualdade de condições. Elas acreditavam que o sucesso ou fracasso dependiam do esforço de cada um.

Neste período, havia uma profunda contradição na política educacional adotada pelo governo: a política educacional era teoricamente democrática, mas na prática era imposta por um regime ditatorial, num meio social autoritário. Em função disso, apresentava forte caráter ideológico, uma vez que servia aos interesses da classe dominante, e tentava, portanto, apaziguar o povo e estabelecer uma harmonia social.

TÓPICO 3

Da transição à atualidade

OBJETIVO

- Apresentar as características da política educacional brasileira de Sarney a Lula

Nos tópicos anteriores, estudamos o período da Ditadura militar, regime que limitou a liberdade de pensamento e de ações, imposta principalmente pelos Atos Institucionais criados pelo governo. Estreitaram-se as relações comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos, o que favoreceu a entrada de capital e empresas estrangeiras. Houve forte influência americana nos diversos segmentos sociais. Foi promulgada a nossa 6ª Constituição (1967), que gerou outras necessidades de modificações legais, inclusive na educação e que implantou modelos norte-americanos, resultantes do acordo MEC/USAID. Assim, as principais inovações foram a Lei da Reforma Universitária (Lei no. 5.540/68); a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 5.692/71) e a alteração desta LDB, Lei no. 7.044/82. A Educação apresentou características pragmáticas e tecnicistas, ou seja, valorizou atividades práticas e mecanicistas.

Os últimos governos da ditadura (Presidente Geisel e Presidente Figueiredo) manifestaram interesse em realizar a abertura política, que culminou com o movimento popular conhecido como Diretas Já, em 1984.

Em janeiro de 1985, Tancredo Neves foi eleito Presidente da República, ainda de forma indireta. Tancredo foi um candidato civil da Frente Liberal – formada pela aliança entre o PMDB, PDT e outros partidos de oposição ao governo (com exceção do PT) –, obteve vitória sobre o candidato do PDS, Paulo Maluf. Com essa eleição, terminava a era militar. Mas Tancredo Neves adoeceu e morreu antes de receber a faixa presidencial. O vice-presidente José Sarney assumiu o cargo.

O povo cobrou uma nova Constituição e, em 1987, foi criada a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), presidida pelo deputado Ulisses Guimarães. A atual Constituição foi aprovada em 1988, foi denominada de Constituição-Cidadã, por seu caráter democrático. As principais determinações constantes na nova Carta foram: manutenção do regime presidencialista; resgate das eleições diretas para presidente, governadores e prefeitos; estabelecimento do direito de voto aos analfabetos; definição do prazo de cinco anos para o mandato de presidente; e concessão de maior liberdade ao cidadão.

FERNANDO COLLOR DE MELLO (1990 – 1992)

Fernando Collor de Mello foi candidato pelo Partido da Renovação Nacional (PRN). Foi o primeiro presidente eleito pelo voto direto, em 1989, em meio a uma grande festa democrática.

O presidente prometeu em campanha, perseguir os Marajás (pessoas que estavam enriquecendo de forma ilícita) e combater a corrupção. Perdeu o apoio popular quando confiscou a poupança dos brasileiros, medida que afetou principalmente a classe média.

Essa medida fazia parte do Plano Brasil Novo, conhecido como Plano Collor, criado pela ministra Zélia Cardoso de Mello, que estabelecia:

(...) a extinção do Cruzado novo e a volta do Cruzeiro, como moeda nacional; o bloqueio, por dezoito meses, dos depósitos em contas correntes e cadernetas de poupança que ultrapassassem os 50 000 cruzados novos; o congelamento de preços e salários; o fim de subsídios e incentivos fiscais; o lançamento do Programa Nacional de Desestatização; a extinção de vários órgãos do governo, entre eles: Instituto do Açúcar e do Alcool, Instituto Brasileiro do Café, Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS). Imóveis, veículos e aviões do governo foram colocados à venda.

Fonte: <https://www.todamateria.com.br/plano-collor/>

Este plano visava minimizar gastos com o setor público, conter a inflação e favorecer o crescimento econômico. A medida, no entanto, não obteve sucesso e seis meses depois foi lançado o Plano Collor II para conter o aumento da inflação. O novo plano também não conseguiu atingir seus objetivos.

Contudo, este governo incentivou o crescimento do processo de industrialização e possibilitou a ampliação e fortalecimento das negociações



Figura 7: Fernando Collor de Mello

Fonte: www.wikipedia.org

com o comércio exterior, reduzindo as taxas alfandegárias. Em 1991, foi criado o Mercosul, através do Tratado de Assunção, visando uma maior integração política e financeira, reduzindo o valor da taxa de importação de produtos, entre o Brasil,

GLOSSÁRIO

Impeachment: é o processo político-criminal através do qual o Legislativo aplica uma penalidade à autoridade, destituindo-a do cargo e impondo-lhe pena de natureza política.

Argentina, Paraguai e Uruguai.

O governo Collor gerou muita insatisfação devido ao autoritarismo e à centralização de poder. Além disso, as denúncias e a comprovação de corrupção no seu governo acabaram resultando no Impeachment do presidente, no segundo semestre de 1992.

ITAMAR FRANCO

Itamar Franco, vice-presidente de Fernando Collor de Mello, foi empossado em 29 de dezembro de 1992. Seu plano de governo visava à ampliação da oferta de emprego e à melhoria das condições de trabalho, como meio de combater a miséria; reduzir a inflação (que havia atingido 1100% em 1992, aproximando-se de 6000% em 1993); e cumprir o acordo de pagamento da dívida externa com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

No seu governo também foram identificados muitos casos de corrupção, apurados por Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs). Houve uma intensa troca de ministros e muitos políticos do Congresso Nacional tiveram seus mandatos cassados. Outros renunciaram ao cargo para não se tornarem inelegíveis nas eleições seguintes. Em 1993, o economista Edmar Bacha criou a Unidade Real de Valor. Com base neste estudo, o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, lançou o Plano Real, instituindo uma nova moeda – o Real – definindo a seguinte relação:

$$2.750 \text{ CRUZEIROS REAIS} = 1 \text{ REAL}$$

A Constituição de 1988 foi revista, mas muitas das modificações necessárias ao bom desempenho do governo não puderam ser efetivadas porque não havia quantidade mínima de parlamentares para votar as emendas. Dentre as alterações previstas, houve a aprovação da redução do mandato presidencial de cinco para quatro anos.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995 – 1998)

Fonte: www.wikipedia.org



Figura 8: Itamar Franco

Fernando Henrique Cardoso, o “FHC”, foi eleito em 1994, pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Suas promessas de campanha eram tornar a economia mais livre da interferência do Estado; estabilizar a inflação; aplicar mais recursos na educação; equilibrar a balança comercial e fazer modificações nos setores administrativo, fiscal e previdenciário.

A alta de juros, que dificultava a expansão das empresas, e o aumento das importações, substituindo o produto nacional, provocou o fechamento de várias empresas brasileiras, ocasionou demissões e gerou desemprego. A necessidade de pagamento dos juros da dívida externa impossibilitou a aplicação de recursos financeiros no país.

Em relação à política com os outros países da América Latina, em janeiro de 1995, foi firmado um acordo comercial (MERCOSUL) entre o Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina que extinguiu as tarifas alfandegárias entre estes países.

Durante o governo de FHC, o Congresso aprovou uma emenda constitucional que permitia a reeleição para presidente, prefeitos e governadores. Também privatizou várias empresas estatais como a Embraer, Telebrás e Companhia Vale do Rio Doce. As negociações destas vendas geraram denúncias de corrupção de parlamentares, que receberam propina para direcionar a venda para determinados grupos.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1999 – 2002)

Fernando Henrique foi reeleito em 1998, num momento de crise financeira nacional, devido à desvalorização do Real.

Problemas econômicos na Ásia, Rússia e México tiveram repercussão no Brasil, abalando a estabilidade e confiança do mercado internacional, que suspendeu os investimentos no país.

Neste 2º mandato, foi implantado um Plano Diretor da Reforma do Estado que objetivava fundamentalmente a entrada de empresas estrangeiras no país, propiciando também a interferência do capital estrangeiro em algumas estatais como a Petrobrás e a Telebrás; definiu-se a quantidade de verba repassada para cada estado e município; mantiveram-se os salários congelados, como meio de controlar a inflação, que ficou na ordem de um dígito; e criaram-se programas sociais: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Vale Gás.

Estas ações foram responsáveis pelos resultados satisfatórios do Índice de Desenvolvimento Humano, divulgado pela ONU. Neste período, o Brasil viveu alguns momentos de estabilidade política e econômica.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2006)



Figura 9: Fernando Henrique Cardoso

Fonte: www.wikipedia.org

Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente em 2002, através da coligação entre o Partido dos Trabalhadores (PT), O Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e Partido Liberal (PL).

Fonte: www.wikipedia.org



Figura 10: Luís Inacio Lula da Silva

Seu primeiro mandato foi marcado pela estabilidade econômica, redução do volume da dívida externa, manutenção da taxa de inflação, realização de cortes em investimentos públicos e investimento em programas sociais (Bolsa Família, Fome Zero e Programa Luz Para Todos) responsáveis pela melhoria das condições de vida da população de baixa renda.

Os maiores problemas registrados neste governo dizem respeito aos escândalos decorrentes de corrupção política.

Em outubro de 2006, Lula se reelegeu para Presidência da República. Seu governo obteve o maior número de aprovação pela população (80%). Deu continuidade ao Plano Real, promoveu o crescimento do País, a redução da pobreza e reduziu a desigualdade social.

Dentre as principais ações realizadas na gestão do presidente Lula, merece destaque o controle da inflação, redução do desemprego e elevados índices na balança comercial. Além disso, Lula manteve os programas sociais gerados em seu primeiro mandato: Bolsa Família (voltado ao combate à pobreza) e Fome Zero (com objetivo de erradicar a fome em quatro anos e reduzir a subnutrição até 2015).

Infelizmente ainda se verificaram nesse governo crises, acusações, escândalos e casos de corrupção.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2007-2010)

Em outubro de 2006, Lula se reelegeu para Presidência da República. Seu governo obteve o maior número de aprovação pela população (80%). Deu continuidade ao Plano Real, promoveu o crescimento do País, a redução da pobreza e reduziu a desigualdade social.

Dentre as principais ações realizadas na gestão do presidente Lula, merece destaque o controle da inflação, redução do desemprego e elevados índices na balança comercial. Além disso, Lula manteve os programas sociais gerados em seu primeiro mandato: Bolsa Família (voltado ao combate à pobreza) e Fome Zero (com objetivo de erradicar a fome em quatro anos e reduzir a subnutrição até 2015).

Infelizmente ainda se verificaram nesse governo crises, acusações, escândalos e casos de corrupção.

GOVERNO DILMA ROUSSEF (2011 – 2014)

Dilma Roussef é a 36ª Presidente da República do Brasil e a 1ª mulher a governar o país. Tomou posse em 1º de janeiro de 2011 e deverá cumprir mandato de 4 anos.

Ela participou do Governo Lula inicialmente como Ministra de Minas e Energia e depois assumiu o cargo de Ministra-Chefe da Casa Civil da Casa Civil do Brasil. Iniciou sua gestão como presidente dando segmento à política econômica anterior, declarando que pretende manter e fortalecer programas, tais como o Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida e ProUni.

Prometeu também investir em cultura, educação, emprego e segurança. A citação a seguir contém parte do texto “Propostas de governo da presidente eleita Dilma Roussef” publicado na internet:



Fonte: www.wikipedia.org

Figura 11: Dilma Roussef

(Fonte: <http://www.terra.com.br/noticias/infograficos/eleicoes/programa-de-governo-dilma/programa-de-governo-dilma-01.htm>):

Cultura: Democratização dos bens culturais e da comunicação; Criação de 800 praças de esportes, cultura e lazer em todo o País; Implantação do Sistema Nacional do Incentivo ao Esporte e Lazer;

- Educação: Erradicação do analfabetismo; Construção de seis mil creches e pré-escolas; Criação de novas universidades federais; Construção de escolas técnicas em municípios com mais de 50 mil habitantes; Instalação de internet banda larga em todas as escolas públicas;
- Emprego: Expansão da renda; Redução dos impostos sobre a folha de pagamento das empresas para estimular a geração de empregos; Ampliação das linhas de crédito que estimulem a mulher a criar cooperativas e microempresas;
- Segurança: Ampliação do Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania); Implantação de mais de 2.800 postos de polícia comunitária em todo o País; Expansão das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) – modelo adotado no Rio de Janeiro - para todo o país.
- Meio Ambiente: Cumprimento de metas voluntárias assumidas na Conferência do Clima, havendo ou não acordo internacional; Redução do desmatamento e desenvolvimento do potencial hidrelétrico; Investimento na produção de energia renovável e de biocombustíveis;

- Saúde: Ampliação do programa Saúde da Família, do Samu 192, das Farmácias Populares e do programa Brasil Sorridente; Criação de 500 Unidades de Pronto Atendimento 24h (UPAs); Criação da Rede Cegonha, atendimento da gravidez até o primeiro ano de vida do bebê; Criação clínicas especializadas para tratamento de dependentes químicos; Distribuição gratuita de remédios para hipertensão e diabetes através da Rede Aqui Tem Farmácia Popular;
- Infraestrutura: Construção de novas refinarias em Pernambuco, Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte; Implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro; Modernização de 14 aeroportos e sete portos; Conclusão das ferrovias Norte-Sul e Transnordestina; Ampliação do TRENSURPB em Porto Alegre, Rio Grande do Sul; Conclusão da Via Expressa em Salvador, Bahia.

Em 2011, a presidente lançou o programa social Brasil sem Miséria. Contudo, ainda tem enfrentado problemas referentes à corrupção e tem perdido alguns ministros.

TÓPICO 4

A Democratização da Escola

OBJETIVO

- Conhecer e analisar criticamente leis e projetos educacionais considerados relevantes do período de 1988 até os dias atuais

Com o fim da ditadura militar, surgiu uma nova Constituição, em 1988. No Título VIII, Capítulo III, Seção I, encontram-se, nos artigos 205 a 214, os princípios, diretrizes e finalidades da Educação Nacional. Reproduzimos a seguir alguns desses artigos:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade;
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria;

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no caput deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Fonte: www6.senado.gov.br/con1988/index.htm

Em 1990, no governo Collor de Mello foram implantados os Centros Integrados de Apoio à Criança – CIACs, com proposta semelhante aos Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs, criados em 1982, no Rio de Janeiro, durante o governo de Leonel Brizola. Quando Itamar Franco assumiu a Presidência, eles foram denominados de Centro de Atenção Integrada à Criança e ao Adolescente – CAICs. Esses centros tinham como missão oferecer educação diversificada, em tempo integral.

Aconteceram muitos debates e discussões entre educadores e grupos organizados da sociedade sobre a criação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que fosse coerente com a nova Constituição e atendesse aos anseios de prática democrática da sociedade atual. É o que se pode ver pelo comentário de Vieira(2002), a seguir:

Neste período (...) alguns redirecionamentos significativos ocorrem, a exemplo da elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos. O debate que se trava em torno do Plano Decenal, por sua vez, articula-se com a Conferência de Jomtien, na Tailândia, em 1990 – Ano Internacional da Alfabetização. Naquela oportunidade, o País assumira um compromisso internacional, antecipado pela Constituição de 1988, de até o ano 2000 erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental.

Como desdobramento do Plano Decenal, realizou-se a Conferência Nacional de Educação para Todos (1994), oportunidade em que se firma o Acordo Nacional que estabelece o Pacto pela Valorização do Magistério e Qualidade de Educação, assinado em outubro de 1994. Pelo referido Pacto, define-se, dentre outras medidas, proposta de piso salarial para docentes dos diversos sistemas de ensino fundamental. As ideias do Pacto anteriormente mencionado seriam retomadas pelo governo seguinte, através do Fundo de Manutenção e de Valorização do Magistério – FUNDEF.(VIEIRA, 2002, p. 31)

Em 1992, o Senador Darcy Ribeiro apresentou o Projeto da LDB, que foi aprovado em dezembro de 1996. Surgiu assim a Lei 9394/96 que propiciou uma série de inovações, tais como: práticas democráticas de gestão escolar; maior autonomia das escolas para a definição e implantação de seu projeto pedagógico; ampliação de vagas para ingresso e permanência dos alunos na escola; e vários programas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, Programa de Avaliação Institucional – PAIUB, Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Além disso houve a

(...) elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs); fortalecimento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb); implantação do Programa de Avaliação Seriada (PAS); consolidação e ampliação de programas federais permanentes, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); (...) Programa Dinheiro Direto na Escola; Programa TV Escola; Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo); e o Programa de Formação de Professores em Exercício (Proformação). (VIEIRA, 2002, p. 32)

A atual LDB estabelece o reconhecimento de estudos e experiências obtidas pelo aluno fora da escola regular. Apesar destas inovações, a educação continua sendo uma das grandes responsáveis pelas desigualdades econômicas e sociais. Ainda se verifica de forma acentuada, a valorização do saber teórico sobre o prático.

Houve ampliação do número de vagas e matrículas nas escolas, mas ainda é pouca a qualidade do ensino. Em 2002, uma avaliação revelou que 59% dos estudantes que concluíram a 4ª série do Ensino Fundamental não dominavam a leitura e a escrita. O “fracasso escolar” ainda não foi superado. A solução para este problema envolve fatores internos e externos à escola. Dentre os fatores internos, podemos destacar o elevado número de reprovações, a falta de material didático-pedagógico, o despreparo dos professores. Como fatores externos, podemos citar a dificuldade de transporte, choque cultural e necessidade de trabalho do discente.

Houve ampliação do número de vagas e matrículas nas escolas, mas ainda é baixa a qualidade do ensino. Em 2002, uma avaliação revelou que 59% dos estudantes que concluíram a 4ª série do Ensino Fundamental não dominavam a leitura e a escrita. Ainda apresentamos um índice de reprovação nas primeiras séries do ensino fundamental três vezes maior que a da América Latina (5,6%). O “fracasso escolar” ainda não foi superado. A solução para este problema envolve fatores internos e externos à escola. Dentre os fatores internos, podemos destacar o elevado número de reprovações, a falta de material didático-pedagógico, o despreparo dos professores.

Como fatores externos, podemos citar a dificuldade de transporte, choque cultural e necessidade de trabalho do discente.

Em 2004, foi criado pela Lei nº 11.096/2005 o Programa Universidade para Todos (Prouni) que oferece bolsas de estudo integrais ou parciais para alunos que não têm condições financeiras de estudar em instituições privadas de educação superior. Convém citar que há outro programa do MEC que possibilita o financiamento de cursos superiores não gratuitos: o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). O pagamento do financiamento (com taxa de juros de 3,4% ao ano) é parcelado e após o término do curso.

Até 2009, o governo Lula havia criado onze universidades públicas federais. Logo, passaram a ser ofertadas ao todo mais de cem mil vagas gratuitas em educação superior. Contudo, há críticas sobre a dificuldade de repasse de recursos que impede a contratação de servidores (docentes e técnicos), melhoria da infraestrutura e compra de materiais e equipamentos. Com a assinatura do Decreto 7.233, de 19 de julho de 2010, espera-se que haja melhoria na autonomia e gestão dos recursos, a partir de 2011, no Governo da Dilma.

É fundamental, pois, que cada um perceba, conheça e participe ativamente da construção da história do seu povo. É um processo coletivo, crítico e consciente de incessante busca de aperfeiçoamento e melhoria da qualidade de vida de cada um, de todos e do mundo, a fim de compreendermos a inter-relação existente entre essas dimensões.

Precisamos acreditar e agir!

E agora... A indicação de filmes sobre o assunto estudado!

SOBRE A DITADURA MILITAR

1. **ZUZU ANGEL** - Cinebiografia de Zuzu Angel (Patrícia Pillar), estilista responsável pela fama do Brasil no mundo da moda internacional. O filme foca o drama vivido pela estilista mineira, cujo único filho, Stuart (Daniel de Oliveira), desapareceu durante a Ditadura Militar, nos anos 70.

2. **OLGA** - Uma grande história de amor e intolerância: Olga, adaptação cinematográfica do livro homônimo de Fernando Morais, narra a história da revolucionária alemã Olga Benário Prestes (Camila Morgado) desde a sua adolescência em Munique, passando pelo romance com o líder comunista Luís Carlos Prestes (Caco Ciocler), até o nascimento de sua filha Anita Prestes e sua morte na câmara de gás, durante o regime nazista de Hitler.

SOBRE O BRASIL ATUAL

1. **O CAMINHO DAS NUVENS** - Decidido a buscar uma vida melhor, um caminhoneiro decide levar sua família de bicicleta da Paraíba para o Rio de Janeiro. Com Wagner Moura, Cláudia Abreu, Ravi Ramos Lacerda e Sidney Magal.

2. **Ó PAÍ Ó** - Em um animado cortiço do centro histórico do Pelourinho, em Salvador, tudo é compartilhado pelos seus moradores, especialmente a paixão pelo Carnaval e a antipatia pela síndica do prédio, Dona Joana (Luciana Souza). Todos tentam encontrar um lugar nos últimos dias do Carnaval, seja trabalhando ou brincando. Incomodada com a farra dos condôminos, Dona Joana decide puni-los, cortando o fornecimento de água do prédio. A falta d'água faz com que os moradores do cortiço se confrontem e se solidarizem perante o problema.

REFERÊNCIAS

BRASIL ESCOLA. **História do Brasil**. Disponível em: <www.brasilecola.com/historiab/>. Acesso em: 28 jul. 2007.

_____. **Era Vargas-Governo Democrático**. Disponível em: <www.brasilecola.com/historiab/getulio-vargas.htm>. Acesso em: 28 jul. 2007.

CASTRO, Cláudio de Moura. **Educação brasileira**: consertos e remendos. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia**: história e grandes temas. São Paulo: Saraiva, 2005.

CULTURA BRASIL. **Reformas Pombalinas, Primeiras Contestações ao Sistema Colonial e Fixação de Limites entre Portugal e Espanha**. Disponível em: <www.culturabrasil.org/contestacoes.htm>. Acesso em: 8 maio 2007.

DEMO, Pedro. **A nova LDB**: ranços e avanços. Campinas: Papyrus, 1998.

FGVCP DOC. **Manifesto dos pioneiros da educação nova**. Disponível em: <www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/O_Brasil_de_JK/Manifesto_dos_pioneiros_da_educacao.asp>. Acesso em: 28 jul. 2007.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Moraes, 1986.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1993

KRUPPA, Sonia M. Portella. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MEUS ESTUDOS. Disponível em: <www.meuestudos.com/historia-do-brasil/segunda-republica/economia-na-segunda-republica.html>. Acesso em: 28 jul. 2007.

OBSERVATÓRIO NACIONAL. Disponível em: <www.on.br/institucional/portuguese/historico.html>. Acesso em: 28 jul. 2007.

PEDAGOGIA EM FOCO. Disponível em: <www.pedagogiaemfoco.pro.br/>. Acesso em: 12 mar. 2007.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1996.

PLANALTO. **Constituição91**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 28 jul. 2007.

RIBEIRO, Maria Luísa S. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. São Paulo: Moraes, 1984.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SENADO. Disponível em: <www6.senado.gov.br/con1988/index.htm>. Acesso em: 28 jul. 2007.

SUA PESQUISA. **História do Brasil**. Disponível em: <www.suapesquisa.com/historiadobrasil/>. Acesso em: 28 jul. 2007.

TERRA.COM. **Propostas de governo da presidente eleita Dilma Rousseff**. <<http://www.terra.com.br/noticias/infograficos/eleicoes/programa-de-governo-dilma/index.htm>>. Acesso em: 2 fev. 2012.

VIEIRA, Sofia Lerche; ALBUQUERQUE, Maria Gláucia Menezes. **Estrutura e funcionamento da Educação Básica**. Fortaleza: Demócrito Rocha/ UECE, 2002.

WIKIPEDIA. **Getúlio Vargas**. Disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/Getúlio_Vargas>. Acesso em: 28 jul. 2007.

_____. **Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul**. Disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/Ordem_do_Cruzeiro_do_Sul>. Acesso em: 28 jul. 2007.

CURRÍCULO

Josemeire Medeiros Silveira de Melo

Licenciada em Pedagogia (UFC), especialista em Metodologia da Compreensão Existencial (UFC) e mestre em Educação (UFC). É técnico-administrativa/cargo Pedagoga do IFCE/Campus de Juazeiro do Norte desde 2006. Professora de cursos de especialização da área de educação das Faculdades Integradas de Patos – FIP. Atuou como professora dos cursos de Licenciatura da Universidade Regional do Cariri (Urca) e professora efetiva dos cursos de Licenciatura em Música e Filosofia da Universidade Federal do Ceará/Campus Cariri.

